



Caderno de atividades dos
núcleos de cidadania de adolescentes

GUIA DO(A) MOBILIZADOR(A) DE ADOLESCENTES E JOVENS

Para atuação na Amazônia e no Semiárido



**GUIA DO(A)
MOBILIZADOR(A)
DE ADOLESCENTES
E JOVENS**



Realização

Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF

Florence Bauer

Representante do UNICEF no Brasil

Esperanza Vives

Representante Adjunta do UNICEF no Brasil

Escritório da Representante do UNICEF no Brasil

SEPN 510 – Bloco A – 2º andar

Brasília – DF – 70750-521

Telefone: (61) 3035-1900

E-mail: brasil@unicef.org.br

UNICEF – Belém – responsável pelos projetos no Pará, no Amapá, em Mato Grosso e no Tocantins

Trav. Dom Romualdo Coelho, nº 500

Umarizal

Belém – PA – 66055-190

Telefone: (91) 3073-5700

E-mail: belem@unicef.org

UNICEF – Fortaleza – responsável pelos projetos no Ceará, em Piauí e no Rio Grande do Norte

Centro Adm. do Estado – Ed. Seplag

Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n

Cambeba

Fortaleza – CE – 60822-325

Telefone: (85) 3306-5700

E-mail: fortaleza@unicef.org

UNICEF – Manaus – responsável pelos projetos no Acre, no Amazonas, em Rondônia e em Roraima

Av. Darcy Vargas, 77, Secretaria de Estado de

Assistência Social do Amazonas

Bairro da Chapada

Manaus – AM – 69050-020

Telefone: (92) 4009-0850

E-mail: manaus@unicef.org

UNICEF – Recife – responsável pelos projetos em Pernambuco, em Alagoas e na Paraíba

Rua Henrique Dias, s/n – Ed. do IRH Térreo

Derby

Recife – PE – 52010-100

Telefone: (81) 3059-5700

E-mail: recife@unicef.org

UNICEF – Rio de Janeiro – responsável pelos projetos no Rio de Janeiro e no Espírito Santo

Avenida Rio Branco, 135 – 6º andar

Centro

Rio de Janeiro – RJ – 20040-006

Telefone: (21) 3147-5700

E-mail: riodejaneiro@unicef.org

UNICEF – Salvador – responsável pelos projetos na Bahia, em Minas Gerais e em Sergipe

Escritório Compartilhado das Nações Unidas

Praça Municipal Thomé de Souza, s/n

Edifício Elevador Lacerda – Centro

Salvador – BA – 40020-010

Telefone: (71) 3183-5700

E-mail: salvador@unicef.org

UNICEF – São Luís – responsável pelos projetos no Maranhão

Rua Santo Antônio, 246 – Centro

São Luís – MA – 65010-590

Telefone: (98) 4009-5700

E-mail: saoluis@unicef.org

UNICEF – São Paulo – responsável pelos projetos em São Paulo

Avenida Professor Ascendino Reis, 830

Vila Clementino

São Paulo – SP – 04027-000

Telefone: (11) 3728-5707

E-mail: saopaulo@unicef.org

Produção Editorial

Coordenação

Mário Volpi

Coordenador – Desenvolvimento e Participação de Adolescentes e Componente Políticas públicas de qualidade para crianças e adolescentes vulneráveis

Elaboração

Gabriela Goulart Mora

Oficial de Programa – Desenvolvimento e Participação de Adolescentes

Colaboração

Augusto Souza (Desafio 1), Cristina Albuquerque e Natacha Toral (Desafio 2), Karyna Sposato (Desafio 3), Fábio Senne e Rodrigo Nejm (Desafio 4), Adisson Leal (Desafio 5), André Gravatá e Júlia Ribeiro (Desafio 6), Maria da Guia Oliveira (Desafio 7), Helena Oliveira (Desafio 8), Bruno Viecili, Joana Fontoura e Luiza Leitão (Revisão de conteúdo).

Revisão de texto

B&C Revisão de Texto

Diagramação

Rogério Maroja

Foto da capa:

UNICEF/BRZ/Sabrina Mesquita

A reprodução do conteúdo desta publicação, na íntegra ou em parte, é permitida, desde que citada a fonte.

Apresentação



Sejam bem-vindos(as) à aventura de promover mudanças, descobrir habilidades, conhecer o lugar onde vivem e propor sugestões para melhorar a vida de crianças e adolescentes dos municípios do Semiárido e da Amazônia inscritos no Selo UNICEF Edição 2017-2020.

Nesta nova edição do Selo UNICEF, a participação de adolescentes ganha ainda mais força do que em edições anteriores. Pela primeira vez, convidamos os municípios inscritos na iniciativa a indicar um(a) mobilizador(a) de adolescentes e jovens para apoiar as ações dos núcleos de cidadania de adolescentes.

O(A) mobilizador(a) tem um papel fundamental para garantir que meninos e meninas consigam expressar suas ideias, indicar quais são as principais demandas para seu desenvolvimento e dialogar com gestores(as) de políticas públicas, lideranças comunitárias, professores, familiares e outros(as) adolescentes em busca de melhores políticas públicas.

Ao participar das ações propostas neste material, os(as) adolescentes do município vão adquirir mais conhecimento sobre seus direitos e estarão mais preparados(as) para contribuir para o exercício da democracia, sugerindo melhorias em relação aos serviços e às políticas públicas que impactam a vida da população do Semiárido e da Amazônia.

Obrigada por fazer parte dessa iniciativa na busca por municípios com menos desigualdades e mais participação de adolescentes. Seguiremos juntos nesta jornada.

Florence Bauer

Representante do UNICEF no Brasil

Sobre este Guia

Este caderno de atividades dos núcleos de cidadania de adolescentes é direcionado aos(as) mobilizadores(as) de adolescentes e jovens dos municípios participantes da Edição 2017-2020 do Selo UNICEF. Este material apresenta as responsabilidades dos(as) mobilizadores(as) de adolescentes e jovens do município, com dicas sobre como criar ou fortalecer um núcleo de cidadania de adolescentes e como envolver os(as) adolescentes do município nas atividades propostas em cada um dos oito desafios temáticos.

O objetivo deste Guia é orientar os municípios sobre como promover a participação cidadã de adolescentes. As ações aqui propostas complementam os esforços de gestores(as) de políticas públicas e da sociedade civil na busca por um município com menos desigualdades.

Ao seguir as orientações desse material, o(a) mobilizador(a) estará contribuindo diretamente para que o município alcance o resultado sistêmico 17: mecanismos de escuta e participação da sociedade (especialmente de crianças e adolescentes) na elaboração e no controle social de políticas públicas institucionalizadas (resultado sistêmico obrigatório), de acordo com a metodologia do Selo.

Além disso, ao implementar as ações referentes a cada desafio temático aqui proposto, os(as) adolescentes do município, com o apoio do(a) mobilizador(a), estarão contribuindo indiretamente para que sejam alcançados outros resultados sistêmicos, como:

Resultado sistêmico 2: Programa de busca ativa, inclusão e acompanhamento de crianças e adolescentes na escola (implementado, resultado sistêmico obrigatório);

Resultado sistêmico 4: Programas de melhoria do estado nutricional de crianças e adolescentes, incluindo a promoção do aleitamento materno e de alimentação saudável (implementados);

Resultado sistêmico 6: Serviços qualificados para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens em funcionamento conforme diretrizes do Ministério da Saúde (em funcionamento);

Resultado sistêmico 7: Ações de promoção de direitos sexuais e reprodutivos, e prevenção das IST/aids voltadas para adolescentes e jovens (implementadas, resultado sistêmico obrigatório);

Resultado sistêmico 8: Estratégia para redução da distorção idade-série (implementada);

Resultado sistêmico 9: Estratégia de promoção da Igualdade Racial (implementada na rede escolar municipal);

Resultado sistêmico 12: Acesso ao esporte educacional, seguro e inclusivo garantido à totalidade de crianças e adolescentes do município.

Sobre este Guia

Ao longo da execução das ações propostas neste Guia, as portas do UNICEF e seus parceiros locais estarão sempre abertas aos(as) mobilizadores(as), para que possam tirar dúvidas, comentar e sugerir maneiras de ampliar a participação de adolescentes nos municípios inscritos no Selo UNICEF.

Para conhecer melhor a iniciativa e garantir que a participação de adolescentes esteja integrada às demais ações do Selo UNICEF no município, recomenda-se que os(as) mobilizadores(as) mantenham diálogo regular com os(as) articuladores(as) do Selo UNICEF, e consultem o Guia Metodológico: clique aqui ou veja no cartão do(a) mobilizador(a) de adolescentes.

Sumário

Resumo da estratégia de mobilização de adolescentes

Neste sumário, você confere, em uma leitura rápida, todo o conteúdo deste Guia, compreendendo, assim, as linhas gerais da estratégia de mobilização de adolescentes do Selo UNICEF 2017-2020. Todos os itens aqui resumidos encontram-se descritos em detalhe em outros trechos deste material, conforme indicado a seguir. Confira as principais orientações presentes neste material e garanta que seu município consiga realizar o **Direito de Ser Adolescente** (pág. 20):

Núcleo de Cidadania de Adolescentes – Cada município deve criar ou fortalecer um núcleo com, no mínimo, 16 adolescentes (oito meninos e oito meninas), que terão a responsabilidade de mobilizar outros(as) adolescentes nas atividades propostas neste Guia, em diálogo com os(as) gestores(as) municipais. Não há limite máximo para o número de adolescentes que participam do núcleo. *Se seu município já criou um núcleo de cidadania de adolescentes na edição anterior do Selo UNICEF, esse grupo pode ser renovado com a participação de outros(as) adolescentes.* Mais detalhes na seção **O que é o Núcleo de Cidadania de Adolescentes?** (pág.11)

U-Report Brasil – Para comprovar que o núcleo de cidadania de adolescentes foi efetivado, os(as) adolescentes do município devem entrar no U-Report Brasil, uma plataforma de participação por meio de enquetes realizadas via Facebook, Twitter ou SMS. Pelo menos os 16 componentes do núcleo devem inscrever-se no U-Report Brasil, mas não há limite máximo para o número de inscritos na plataforma. Mais detalhes na seção **U-Report Brasil.** (pág.13)

Mobilizador(a) de Adolescentes e Jovens – Os municípios que aderiram ao Selo UNICEF indicaram uma pessoa vinculada à gestão municipal cuja função é garantir que os meninos e as meninas do município se envolvam nas atividades descritas neste Guia, e que as propostas dos(das) adolescentes sejam levadas em consideração pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelas diversas instâncias do governo municipal. Mais detalhes na seção **Mobilizador(a) de Adolescentes e Jovens – Perfil e Dicas.** (pág.16)

Sumário

Resumo da estratégia de mobilização de adolescentes

DESAFIOS TEMÁTICOS

Para promover uma agenda contínua de participação de adolescentes até 2020, o UNICEF propõe um conjunto de oito desafios temáticos:

DESAFIO 1: Promover o direito ao esporte seguro e inclusivo (pág. 21)

DESAFIO 2: Promover a alimentação saudável e prevenir a obesidade (pág.27)

DESAFIO 3: Conhecer e divulgar a Lei da Aprendizagem para criar oportunidades de conciliar aprendizagem no emprego com permanência na escola (pág.37)

DESAFIO 4: Promover o direito à inclusão digital e ao uso seguro da internet (pág.42)

DESAFIO 5: Promover a educação para a cidadania democrática
#Partiu Mudar [*desafio obrigatório*] (pág.47)

DESAFIO 6: Promover a inclusão escolar e a troca de saberes – Fora da escola não pode (pág.52)

DESAFIO 7: Promover o direito à saúde sexual e reprodutiva (pág.57)

DESAFIO 8: Promover práticas de enfrentamento ao racismo (pág.61)

Para cada desafio temático, o UNICEF propõe um conjunto de atividades. Cada atividade inclui:

- 1.** Uma ação a ser realizada com os(as) integrantes do núcleo de cidadania de adolescentes;
- 2.** Uma ação de mobilização social em que os(as) integrantes do núcleo convidam outros(as) adolescentes do município para atuar em relação ao desafio temático; e
- 3.** Uma ação junto à gestão municipal, para estimular que as secretarias de governo, a Câmara de Vereadores e demais instâncias governamentais se abram para a participação cidadã de adolescentes. Neste Guia, são sugeridas algumas instâncias da gestão municipal a serem mobilizadas pelo núcleo de adolescentes, entre elas as secretarias de esporte, saúde e educação. O(A) mobilizador(a) de adolescentes e jovens pode conversar com o(a) articulador(a) do Selo UNICEF para definir a melhor instituição a ser acionada para cada atividade. O que importa é que a percepção e as propostas dos(as) adolescentes sobre aquele desafio temático sejam levadas em consideração pelos(as) gestores(as) de políticas públicas.

Sumário

Resumo da estratégia de mobilização de adolescentes

Ao final desta edição do Selo UNICEF, o(a) mobilizador(a) de adolescentes e jovens deve ter apoiado os núcleos de adolescentes para garantir que realizem, no mínimo: todas as atividades referentes a dois desafios e pelo menos uma atividade de cada um dos outros seis desafios – ou seja, dois desafios completos e seis desafios incompletos. Para assegurar o crescimento no número de adolescentes que participam do exercício democrático do Brasil por meio do voto, pede-se que um dos dois desafios completos a serem implementados seja o Desafio 5 – Promover a educação para a cidadania democrática – #Partiu Mudar. A decisão sobre o outro desafio fica a critério do núcleo de adolescentes.

Vínculo com o CMDCA – Propõe-se que os núcleos de cidadania de adolescentes atuem em diálogo regular com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), para ampliar a participação de adolescentes nessa instância e garantir que os representantes tanto da sociedade civil como do governo municipal que no Conselho tomem decisões levando em consideração a opinião e as propostas de adolescentes sobre questões ligadas a seus direitos.

Evento com gestores(as) de políticas públicas – O município deve organizar um evento, ou aproveitar uma atividade planejada no âmbito do Selo UNICEF, para que o núcleo de cidadania de adolescentes apresente os resultados das ações desenvolvidas pelos(as) adolescentes a representantes do setor público municipal, incluindo o Comitê do Selo UNICEF e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). Nesse encontro, são os(as) adolescentes que conduzem as atividades (rodas de debate, palestras, encenações etc.).

Plataforma de monitoramento – Propõe-se que o(a) mobilizador(a) de adolescentes e jovens registre na plataforma de monitoramento do Selo UNICEF:

- 1.** Uma lista dos(as) participantes do núcleo de cidadania de adolescentes, com nome completo, idade, gênero (masculino ou feminino) e número do celular (*modelo de lista de presença disponível na pág. 66*);
- 2.** Os formulários de registro das atividades realizadas pelos núcleos de adolescentes, a cada vez que uma atividade seja finalizada (*Modelo de formulário disponível na pág. 67*).

O que é o Núcleo de Cidadania de Adolescentes?

Como parte da metodologia do Selo UNICEF, propõe-se que os municípios mobilizem, organizem e criem espaços e/ou instâncias de participação de adolescentes. A ação central desta iniciativa é a criação de pelo menos um núcleo de cidadania de adolescentes em cada município participante.

O núcleo é um grupo composto por pelo menos 16 adolescentes (oito meninas e oito meninos) de 12 a 17 anos de idade, que se organizam em rede, discutem questões importantes para seu desenvolvimento, implementam ações e levam suas reivindicações à gestão pública municipal. Não há limite máximo de adolescentes engajados(as) na iniciativa.

As atividades dos núcleos de cidadania de adolescentes têm como objetivos:

- Garantir a realização do direito à participação cidadã de adolescentes, que é, a um só tempo, um direito e um instrumento para conhecer e reivindicar outros direitos, enfrentar vulnerabilidades e superar desigualdades que afetam suas vidas.
- Compreender a perspectiva de adolescentes sobre o tema do desafio em questão, e levá-la à gestão municipal para que a considerem em suas decisões;
- Ampliar os conhecimentos de adolescentes sobre o tema;
- Descobrir talentos, fomentar habilidades e atitudes que contribuem para o desenvolvimento integral de adolescentes;
- Apoiar adolescentes em seu processo de desenvolvimento integral, e garantir que participem da melhoria das condições de vida em seu município.

O núcleo de cidadania de adolescentes pode reunir jovens com diferentes características pessoais: com e sem deficiência, moradores de diferentes localidades do município, com e sem experiência em grêmios estudantis, grupos culturais, associações de moradores, entre outros coletivos. O importante é juntar uma turma que tenha boas ideias para ajudar o município a melhorar sua realidade. Caso haja muitos interessados, o município pode ter mais de um núcleo.

Nos municípios do **Semi-árido**, os núcleos de cidadania de adolescentes são identificados pela sigla **NUCA**. Na **Amazônia**, os núcleos são identificados pela sigla **JUVA** (Juventude Unida pela Vida na Amazônia). Cada núcleo pode criar sua própria identidade. O importante é que espaços de participação dos adolescentes sejam construídos em cada município, e que tenham continuidade para além da iniciativa do Selo UNICEF.

Propõe-se que os núcleos de cidadania de adolescentes atuem em diálogo com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para ampliar a participação de jovens nessa instância, e garantir que suas opiniões e suas propostas sobre questões ligadas aos seus direitos sejam levadas em consideração.

A maneira de implementar o núcleo de cidadania de adolescentes depende do perfil de cada município, não há um formato estabelecido. O grupo pode reunir-se em associações comunitárias, escolas, galpões culturais ou ainda em uma sala de reuniões de uma secretaria do município ou da prefeitura. O núcleo pode ter o formato que vocês acharem que deve ter: a única regra é garantir a participação de adolescentes em atividades propostas neste Guia. E para isso, uma pessoa é fundamental: o(a) mobilizador(a) de adolescentes e jovens.

Os desafios propostos neste material são apresentados como um cardápio de possibilidades para que os(as) adolescentes dos núcleos de cidadania de adolescentes estejam sempre mobilizados(as) pela melhoria de vida de crianças e adolescentes do município. É possível definir como e quando realizar as atividades de cada desafio de acordo com as condições mais adequadas para o município. Assim sendo, os municípios têm autonomia em relação a como utilizar esse material. Entretanto, devem disponibilizar relatórios sobre as ações realizadas na plataforma de monitoramento do Selo UNICEF, com lista de participantes, fotos, vídeos e postagens nas mídias sociais.

Se seu município já criou um núcleo de cidadania de adolescentes na edição anterior do Selo UNICEF, esse grupo pode ser fortalecido e renovado com a participação de outros(as) adolescentes.

Para comprovar a existência de um núcleo de cidadania de adolescentes (mesmo daqueles que já existiam na edição anterior do Selo UNICEF), solicita-se que:

- o(a) mobilizador(a) de adolescentes e jovens inclua a lista de participantes na plataforma de monitoramento do Selo UNICEF (modelo de lista de participantes na pág. 66): e
- os(as) adolescentes do núcleo registrem-se no U-Report Brasil, uma plataforma de consulta a adolescentes e jovens via Facebook, Twitter ou SMS (www.ureportbrasil.org.br), conforme explicado a seguir.

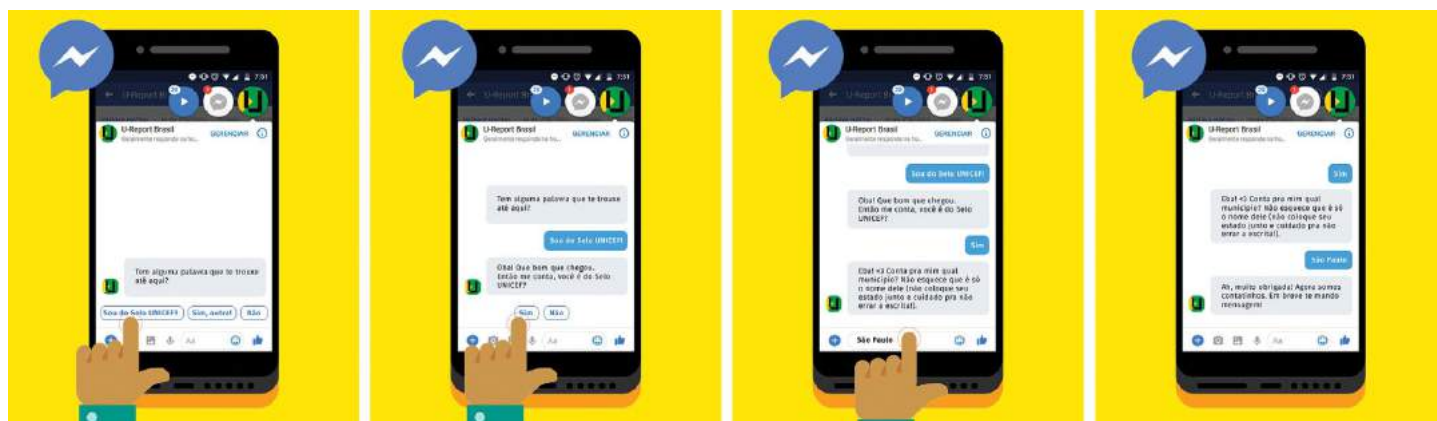
U-Report Brasil – Comprovando a existência do Núcleo de Cidadania de Adolescentes

Para comprovar a efetivação do núcleo de cidadania de adolescentes, pede-se que pelo menos 16 adolescentes do município, meninos e meninas entre 12 e 17 anos de idade, participem do U-Report Brasil.

O U-Report é um robô – sim, um robô! – programado para ouvir o que as juventudes brasileiras têm a dizer. Por meio da mensagem (*inbox*) do Facebook, meninos e meninas podem opinar sobre assuntos que estão rolando e que realmente interessam, discutir e receber informações sobre temas importantes e pouco falados, como sexualidade, drogas e participação estudantil, além de se conectar com outros jovens que querem ter voz ativa no país. O resultado disso tudo fica nos nossos canais de comunicação: Twitter, Facebook e *site*!

Além dos(as) adolescentes de 12 a 17 anos dos núcleos de cidadania dos adolescentes, outros jovens do município, com até 25 anos de idade, podem participar do U-Report.

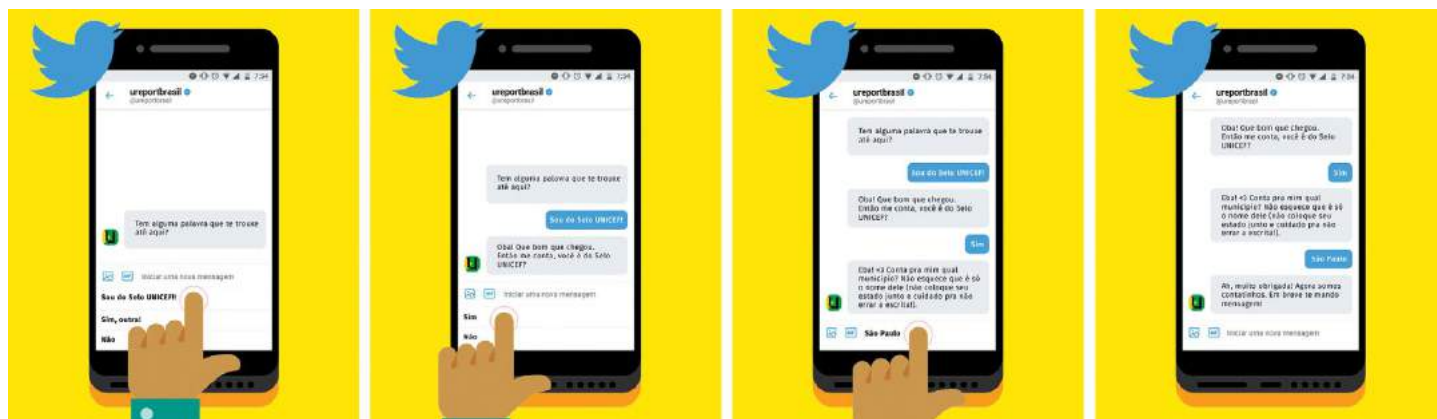
Você pode interagir com o U-Report Brasil de três maneiras:



- 1) Curtindo nossa **página no Facebook** ([ureport.brasil](https://www.facebook.com/ureport.brasil)), clicando em “Enviar mensagem” (Messenger) e depois em “Começar”.

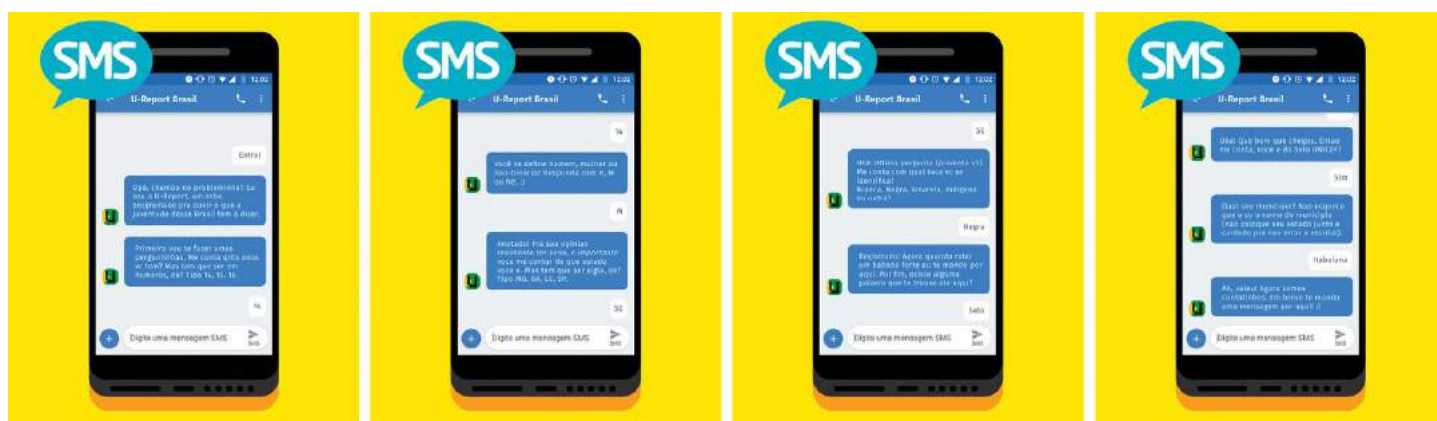
Depois desse primeiro passo no Facebook, vamos fazer algumas perguntinhas que você deve responder. Por último, vamos perguntar “Existe alguma palavra que trouxe você

até aqui?” Você deve clicar no botão “Sou do Selo UNICEF!”. Vamos perguntar qual é o seu município, e pronto! Cadastro realizado!



2) Seguindo a gente no Twitter (@ureportbrasil)

Depois desse primeiro passo no Twitter, vamos fazer algumas perguntinhas que você deve responder. Por último, vamos perguntar “Existe alguma palavra que trouxe você até aqui?” Você deve clicar no botão “Sou do Selo UNICEF!”. Vamos perguntar qual é o seu município, e pronto! Cadastro realizado!



3) Enviando a palavra “entrei” por SMS para o número 28428. Relaxe, seus créditos não serão descontados, é gratuito!

Pronto, agora você já está em contato com a gente! Depois dessa primeira etapa, que pode ser cumprida em qualquer um dos três canais acima, vamos fazer algumas perguntinhas que você deve responder. Por último, vamos perguntar “Existe alguma palavra que trouxe você até aqui?” Você deve digitar a palavra “SELO”. Vamos perguntar qual é o seu município, e pronto! Cadastro realizado!

Como o nosso robô não consegue ler caracteres especiais, você deve responder APENAS o nome do município (*não pode colocar o estado, por exemplo*) em letras minúsculas, sem acento ou cedilha (ç), ok?

Se você errar na primeira tentativa, basta escrever a palavra “selo” no *inbox*, e enviaremos a pergunta de novo! Dessa forma, o UNICEF consegue contar quantas pessoas de cada município se inscreveram, e pode usar o nosso robô para consultar e informar jovens de todo o Brasil sobre seus direitos. :)

Foto: ©UNICEF/BRZ/Rayssa Coe



“A vida de uma adolescente travesti, numa cidade pequena de interior, não é fácil. As pessoas olham para você com preconceito e vêm com aquele monte de previsões estereotipadas: ‘Essa aí vai se envolver com drogas, vai se prostituir, vai pegar HIV, vai dar tudo errado.’ Mas a vida não precisa ser assim. Consegui fugir desse ciclo e me fortalecer, porque ingressei em um espaço de participação política: o núcleo de cidadania dos adolescentes.”

Clarice Mahin, 18 anos, de Pau dos Ferros (RN),

fez parte do Levante Popular da Juventude, foi presidente da União Municipal dos Estudantes Secundaristas, e ingressou na Rede Nacional de Adolescentes LGBT e no Conselho Jovem do U-Report.

Mobilizador(a) de adolescentes e jovens – perfil e dicas

Quem é o(a) mobilizador(a) de adolescentes e jovens? O perfil recomendado é o de uma pessoa com até 29 anos de idade, vinculada à gestão municipal, com experiência na mobilização de adolescentes e jovens. É importante que tenha excelente habilidade de comunicação, que use as mídias sociais e tenha acesso às redes de adolescentes e jovens (virtuais e presenciais).

O(A) mobilizador(a) precisa manter postura aberta para trabalho intersetorial, com boa habilidade de articulação com diversos parceiros do governo e da sociedade civil. É importante que demonstre forte compromisso com os princípios dos Direitos Humanos e capacidade de diálogo, especialmente com adolescentes afrodescendentes, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência e outros grupos que caracterizem a diversidade da adolescência no município.

A indicação do(a) mobilizador(a) é uma novidade desta edição do Selo UNICEF, e deve ocorrer em diálogo com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

Suas responsabilidades são:

- Garantir a formação (ou fortalecimento e renovação) do núcleo de cidadania de adolescentes no município, mapeando, convidando e mobilizando adolescentes nas escolas, grupos culturais, associações e outros coletivos.
- Garantir que os(as) integrantes do núcleo de cidadania de adolescentes registrem sua participação por meio do U-Report Brasil, e sugerir ao núcleo que convide outros(as) adolescentes e jovens do município a ingressar na plataforma (mais informações sobre U-Report Brasil na página 13).
- Garantir a presença de pelo menos dois adolescentes (um menino e uma menina) nas atividades de capacitação do Selo UNICEF sobre os temas deste Guia, e apoiá-los para que mobilizem outros(as) adolescentes do município, disseminando o que aprenderam.
- Apoiar os(as) integrantes do núcleo de cidadania de adolescentes na definição de temas e implementação das atividades, articulando suas ações com as diversas instituições no município que



Foto: Arquivo UNICEF/BRZ

“Cada um pode fazer a sua parte para mudar essa realidade cruel de tantas crianças e adolescentes.”

Bruna Alves Medeiros, 18 anos, de Paranaíta (MT)
Em 2014, com 15 anos de idade, Bruna participou do 1º Fórum Comunitário do Selo UNICEF em seu município. Desde então, vem atuando no Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.

desenvolvam atividades na área da infância e da adolescência, principalmente com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

- Até 2020, garantir que sejam realizadas, no mínimo:

1

*Todas as atividades propostas no **Desafio 5** – “Promover a educação para a cidadania democrática – #Partiu Mudar”, inclusive o alistamento eleitoral de adolescentes de 16 e 17 anos de idade.*

2

Todas as atividades propostas em mais um desafio, a ser escolhido pelo núcleo de cidadania de adolescentes entre os outros sete temas.

3

Além de realizar todas as atividades desses dois desafios, deve ser realizada pelo menos uma atividade de cada um dos demais desafios.

- Manter diálogo permanente com o(a) articulador(a) do Selo UNICEF no município, que, por sua vez, poderá acessar as secretarias de educação, saúde e assistência social, entre outras instâncias governamentais, para garantir que a opinião dos(as) adolescentes seja levada em consideração em ações, programas e políticas públicas do município.
- Registrar a lista de presença e as atividades do núcleo de cidadania de adolescentes na plataforma de monitoramento do Selo UNICEF. As ações podem ser postadas também nas mídias sociais, com links disponíveis na plataforma de monitoramento. A plataforma de monitoramento será, portanto, o espaço virtual de registro e documentação junto ao UNICEF, com fotos, vídeos e descrições das atividades e seus resultados.

Dicas para o(a) mobilizador(a)

Sugerimos que seja feito um mapeamento dos grupos de adolescentes já existentes. Existem no município organizações que já atuam com adolescentes em projetos sociais, grupos culturais, coletivos ou associações? Se existirem, convide-as para um encontro para apresentar a ideia do núcleo de cidadania de adolescentes, e forme um conselho inicial de adolescentes líderes que possam ajudar a convidar outros(as) adolescentes para fazer parte da iniciativa.

É recomendável que o encontro seja divulgado em todos os cantos da cidade, para ampliar ainda mais a possibilidade de participação de adolescentes. Utilize rádios comunitárias, cartazes, mídias sociais para fazer a divulgação. Envolver os(as) adolescentes nesse processo de divulgação, para que disseminem a informação e tragam outros jovens para o núcleo de cidadania de adolescentes.

Para apresentar a ideia do núcleo de cidadania de adolescentes e definir quem vai participar, propõe-se que seja organizado um encontro de um turno (manhã ou tarde) com adolescentes e com o(a) articulador(a) local do Selo UNICEF.

O nome, a idade e o telefone (de quem tiver), o e-mail ou qualquer forma de contato dos(as) participantes devem estar registrados na Lista de Participantes. Todos(as) os(as) participantes também devem registrar-se na Plataforma U-Report Brasil.

É recomendável que o(a) articulador(a) do Selo UNICEF esteja sempre a par das ações do núcleo de cidadania de adolescentes, para facilitar a sintonia entre a mobilização de adolescentes e outros esforços do município no âmbito do Selo UNICEF, incluindo fóruns comunitários e outras ações.

Você pode definir com o grupo quantos, quando e onde os encontros serão realizados, criando um cronograma de ações. Esse plano de trabalho pode ser aprofundado em outro encontro, mas seria importante já definir

Caso não encontre grupos de adolescentes, a proposta é que você visite algumas escolas para fazer o convite. Reforce a importância da participação de adolescentes que costumam estar sub-representados nos grupos, garantindo a participação de meninos e meninas de diferentes raças e etnias e de adolescentes com deficiência, e incluindo pessoas de 12 a 17 anos de diferentes áreas do município, estilos e gostos.

que meses serão dedicados a cada tema, mesmo que seja necessário adaptar o calendário posteriormente. Também é importante definir como será feito o contato entre os integrantes do grupo: por telefone, whatsapp, facebook etc.

É importante que os resultados das ações do núcleo sejam apresentados formalmente à comissão do Selo UNICEF, como contribuição para a melhoria das políticas públicas e das ações sobre o tema escolhido. A programação do evento pode ser definida em um dos encontros do grupo, com apoio do(a) mobilizador(a) de adolescentes e jovens e do(a) articulador(a) do Selo UNICEF no município, contando com a presença de gestores(as) municipais, integrantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, representantes da sociedade civil e outros atores considerados importantes para o debate sobre o tema a ser abordado – incluindo, é claro, os(as) adolescentes.

Ao convidar adolescentes para um evento, você pode fazer uma relação de tudo o que seja necessário: materiais, transporte, alimentação, recursos audiovisuais e outros itens importantes para um encontro envolvente e dinâmico. Apoiadores podem ser acionados para ajudar no encontro, mas não esqueça que as apresentações devem ser conduzidas pelos(as) adolescentes. Esses jovens podem se preparar para isso nas semanas e/ou dias anteriores, definindo as mensagens centrais a serem compartilhadas na apresentação (conteúdo), e propondo o formato em que as mensagens serão transmitidas (palestras, encenações, vídeos, rodas de debate etc.).



Foto: ©UNICEF/BRZ/Rayssa Coe

“Calado, vi que não cooperava para mudar o preconceito que sofria. Era mais um sem voz. Sofri racismo e sofro até hoje, simplesmente por causa da cor da minha pele, do meu cabelo e por ser ativista. Já fui até comparado com animais.”

**José Otávio Pantoja de Azevedo,
19 anos, de Macapá (AP),**

é estudante de pedagogia e militante do movimento negro, LGBT e está sempre em busca do contato com as lideranças jovens de outros movimentos, para fortalecer sua atuação pela igualdade no acesso aos direitos.

O direito de ser adolescente

As adolescências brasileiras são plurais. Além das características pessoais que definem valores, desejos e jeitos de ser de cada um, em cada uma das diferentes regiões do país, aspectos socioeconômicos, ambientais e culturais influenciam a maneira como essa fase da vida é vivenciada. Compreender e respeitar o contexto em que vivem os(as) adolescentes é fundamental para potencializar essa fase de desenvolvimento como uma fase de oportunidades, marcada por intenso desenvolvimento físico, psíquico, mental, social e intelectual. A adolescência é um período propício para que os(as) jovens troquem ideias, conheçam pessoas, elaborem planos, ajam coletivamente para o próprio desenvolvimento e para a melhoria do local onde vivem.

Todos ganham com a participação de adolescentes. Ao dialogar com adolescentes, os(as) gestores(as) conseguem perceber a perspectiva de quem está na ponta das políticas públicas, ou seja, das pessoas que precisam de serviços de qualidade para se desenvolver por meio de educação, saúde, esporte e lazer, convivência familiar e comunitária. Sem esse diálogo, os responsáveis pelas políticas públicas não teriam acesso à riqueza das informações que os(as) adolescentes podem transmitir.

Além disso, ao investir em adolescentes, fortalecendo a capacidade de responder às suas demandas, o município cresce acompanhando o crescimento das gerações mais jovens, garantindo que assumam a posição de tomadores(as) de decisão com mais conhecimentos, mais habilidades e atitudes favoráveis ao seu próprio desenvolvimento e ao bem-estar coletivo de suas famílias e suas comunidades.

Seu município não está sozinho. Meninas e meninos de 1.902 municípios de 18 estados da Amazônia e do Semiárido fazem parte desta rede de adolescentes engajados pela melhoria de sua região, organizados nos núcleos de cidadania de adolescentes, com o apoio do(a) mobilizador(a) de adolescentes e jovens.

Na região Amazônica e no Semiárido brasileiro, os(as) adolescentes vêm atuando pela melhoria de sua região com criatividade e muita inovação. De 2013 a 2016, mais de 11 mil meninos e meninas do Semiárido e dez mil da Amazônia participaram de oficinas para desenvolver competências para a vida, envolveram-se em campanhas para eliminar o mosquito transmissor de dengue, zika e chikungunya, estiveram presentes em fóruns comunitários para compreender os indicadores sociais da região, traçaram estratégias de implementação da caderneta de saúde de adolescentes, discutiram com gestores(as) de políticas públicas sobre a qualidade do Ensino Médio, entre outras ações coletivas pela garantia de seus direitos.

PARA SABER MAIS:

Participação Cidadã de Adolescentes e Jovens – Marco de Referência (UNICEF, 2014): registro de experiências e marcos legais sobre o direito à participação: clique aqui ou veja no cartão do(a) mobilizador(a) de adolescentes.

O Direito de ser Adolescente (UNICEF, 2011): um olhar sobre a adolescência como fase de oportunidades: clique aqui ou veja no cartão do(a) mobilizador(a) de adolescentes.

Competências para a Vida (UNICEF, 2012): fichas temáticas sobre conhecimentos, habilidades e atitudes na adolescência: clique aqui ou veja no cartão do(a) mobilizador(a) de adolescentes.

Desafios temáticos

Vamos conhecer agora os oito desafios, detalhadamente. Lembre-se que o desafio de número 5 é obrigatório para a pontuação no Selo UNICEF e, portanto, as ações relacionadas a ele devem ser realizadas integralmente, isto é, devem ser concluídas todas as atividades propostas. Além dele, você deve escolher algum outro desafio e também realizar todas as atividades nele propostas.

Quanto aos demais desafios, você pode escolher a atividade que mais interessar ao grupo. Não existe uma ordem para enfrentar os desafios. Você pode articular as propostas deste Guia com atividades que estão acontecendo no município.

O importante é que, até junho de 2020, o núcleo de cidadania de adolescentes tenha realizado todas as atividades de dois desafios e pelo menos uma atividade de cada um dos outros seis desafios.

Logo após a realização de cada atividade, o(a) mobilizador(a) deve inserir na plataforma do Selo UNICEF o relatório da atividade com as demais informações.

Lembre-se que a realização das atividades do núcleo de cidadania dos adolescentes é condição fundamental para fortalecer a participação dos(as) adolescentes, e que sem realizá-las completamente o município não conseguirá alcançar a pontuação para o Selo UNICEF no Resultado Sistêmico 17.



Foto: ©UNICEF/BRZ/Rayssa Coe

“O núcleo de cidadania de adolescentes foi o primeiro espaço em que me senti realmente valorizado. Aqui, nós, adolescentes, somos ouvidos.”

Francisco Alves Quirino, 16 anos, de Afogados de Ingazeira (PE).

Ele conheceu o núcleo de cidadania de adolescentes aos 13 anos de idade, depois de ter criado o grêmio nas três escolas em que estudou. A poesia segue em paralelo em sua vida de militante.

DESAFIO 1

Promover o direito ao esporte seguro e inclusivo

Qual a primeira coisa que vem à sua mente quando se fala em esporte? As Olimpíadas? O Brasileirão? Domingão em frente à TV? Esses são exemplos muito distantes do nosso dia a dia, associados exclusivamente ao esporte de alto rendimento, ou seja, àquela prática intensa com foco na competição e na superação dos limites. Aqui vamos falar de outra relação com o esporte. Nossa proposta é pensar no esporte como uma atividade divertida, interativa, em que todo mundo pode jogar junto: menino, menina, pessoa com deficiência, craque ou amador.

A isso chamamos de Esporte para o Desenvolvimento, um direito de todas as meninas e todos os meninos, que, além de fazer bem à saúde, contribui para melhorar a autoestima, o equilíbrio físico e psíquico, a capacidade de interação social, a afetividade, as percepções, a expressão, o raciocínio e a criatividade. Com isso, é possível melhorar o controle do corpo e a capacidade de brincar, aprender e fazer amigos. O esporte pode também ajudar a aumentar o interesse e o desempenho na escola. Mas é importante que seja leve e divertido. A prática de esportes pode ainda ajudar a transmitir valores como respeito a regras e limites, estimular a aceitação da vitória ou da derrota, e ajudar a fortalecer as relações de solidariedade.

O direito a praticar esportes está assegurado na Convenção sobre os Direitos da Criança, na Constituição Federal brasileira e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Nosso desafio é que ele seja garantido nas escolas, nas praças, nos parques

e nas comunidades. O esporte é para todos e todas, e deve ser praticado com respeito à diversidade e às condições físicas e psicológicas de cada pessoa.

Os princípios do direito ao esporte educacional, seguro e inclusivo são os seguintes:

- 1.** Diversificar para incluir: todas as crianças e todos(as) os(as) adolescentes devem ter oportunidade de praticar esporte. Meninos e meninas jogam, brincam e se divertem juntos. Adaptações como campos e quadras pequenas, bolas mais leves, rede de vôlei mais baixa, aros de basquete de diversos tamanhos e alturas, traves menores são algumas ferramentas para tornar o jogo mais divertido, educacional, seguro e inclusivo.
- 2.** Conversar para decidir juntos: todos e todas são convidados(as) a discutir como, quando e por que praticar esporte. As regras do jogo devem ser construídas coletivamente, e para tanto é preciso dialogar, saber ouvir, construir acordos e regras, e avançar nas decisões tomadas coletivamente.
- 3.** Aprender sobre o outro: somos diferentes uns dos outros, mas todos e todas têm os mesmos direitos, que precisam ser respeitados. Aprendemos muito quando jogamos juntos e nos adaptamos para que todos(as) possam jogar.
- 4.** Liberdade com responsabilidade: jogar é aprender a fazer escolhas conjuntamente, o

tempo todo: construir e decidir regras juntos, resolver conflitos pelo diálogo, cuidar do material, ocupar espaços dentro ou fora da escola, mobilizar a comunidade para manter o campo e a quadra bem cuidados. Esse é um exercício de conquista de autonomia em que se compreende que as escolhas interferem na vida de todas as pessoas.

5. Educar de corpo inteiro: crianças e adolescentes não podem ser divididos em corpo e mente. O esporte contribui para articular habilidades motoras com pensamento e emoções.

Tá na lei

Veja os artigos que asseguram o direito ao esporte e ao lazer:

Convenção sobre os Direitos da Criança:

Artigo 31: 1. Os Estados Partes reconhecem o direito da criança ao descanso e ao lazer, ao divertimento e às atividades recreativas próprias da idade, bem como à livre participação na vida cultural e artística.

Constituição Federal:

Art. 6: São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

SEÇÃO III - DO DESPORTO

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um”.

Estatuto da Criança e do Adolescente

Art. 71: A criança e o adolescente têm direito a informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

SEÇÃO III - DO DESPORTO

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um”.

Conheça, a seguir, alguns projetos na área de Esporte para o Desenvolvimento para inspirar possíveis ações pelo direito ao esporte em seu município.

Caravana do Esporte e Caravana das Artes

A Caravana do Esporte e Caravana das Artes, parceria do UNICEF com a ESPN, Instituto Esporte & Educação e Instituto Mpumalanga, é um projeto que percorre todo o Brasil para garantir os direitos das crianças e dos(as) adolescentes mais vulneráveis, e melhorar a qualidade das políticas públicas já existentes nas áreas de educação, esportes e proteção social. Ao longo de mais de 12 anos, a Caravana já visitou mais de 120 municípios em 21 estados brasileiros, oferecendo atendimento direto a mais de 400 mil crianças e adolescentes, e capacitando mais de 50 mil professores. Conheça mais sobre o projeto nos materiais de referência ao final deste Desafio.

Portas Abertas para a Inclusão

O projeto Portas Abertas para a inclusão – Educação física inclusiva – já teve três edições, com impacto sobre milhares de escolas, alcançando 91.954 estudantes em 15 estados brasileiros e certificando 916 educadores. A iniciativa nasceu de uma parceria entre o Instituto Rodrigo Mendes, o UNICEF e a Fundação FC Barcelona (FCB), com o objetivo de formar educadores de diversas regiões do Brasil para apoiar a promoção da inclusão escolar de meninas e meninos com deficiência por meio de práticas esportivas seguras. Conheça mais sobre o projeto nos materiais de referência ao final deste Desafio.

ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS PELOS NÚCLEOS DE ADOLESCENTES

ATIVIDADE 1.1

CONHECER E VALORIZAR OS TALENTOS ESPORTIVOS DE SEU MUNICÍPIO

1.1.1 – AÇÃO A SER REALIZADA COM O NÚCLEO DE ADOLESCENTES

Promova um encontro dos(as) jovens que participam do núcleo de adolescentes de seu município, e apresente as ideias e os conceitos principais sobre a importância do esporte seguro e inclusivo.

Peça aos(às) adolescentes que relatem se conhecem alguém em seu município que tenha uma história inspiradora sobre o esporte na escola e/ou na vida. Em sua escola, algum(a) professor(a) desenvolve uma maneira interessante de promover o direito ao esporte? Você conhece uma história inspiradora de alguém, talvez um(a) professor(a), um(a) atleta ou um(a) adolescente, que tenha se destacado na área dos esportes?

Após o grupo definir a pessoa de seu município que poderia inspirar o núcleo de adolescentes, definam em conjunto quais adolescentes poderiam fazer contato com essa pessoa e entrevistá-la (a entrevista pode ser por escrito, em áudio ou vídeo).

Elabore um roteiro de perguntas para orientar a entrevista. Seguem algumas sugestões:

Nome completo e idade da pessoa entrevistada.

Como você se interessou pelo esporte?

Que dificuldades enfrentou e como as superou?

Quem apoiou você?

O que você aprendeu com o esporte?

Que recado você daria para adolescentes do município em relação ao esporte?

1.1.2 – AÇÃO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

O núcleo de adolescentes pode programar uma atividade com outros(as) adolescentes e jovens para debater sobre o que deve ser feito nesse município

para garantir o esporte para todos e todas, convidando a pessoa escolhida, além de especialistas ou atletas, para que falem sobre suas experiências.

Depois de editar a entrevista (resumir com os pontos principais, cortando o que não ficou legal), o núcleo de adolescentes irá divulgá-la nas mídias sociais, em rádio e TV, no jornal da cidade, no jornal comunitário ou escolar, entre outras formas de divulgação.

1.1.3 – AÇÃO A SER REALIZADA COM A GESTÃO MUNICIPAL

O(A) mobilizador(a) de adolescentes e jovens vai propor ao Secretário de Esportes do município, ou a outro(a) representante da gestão municipal responsável por esta área, uma reunião com o núcleo de adolescentes, para que possam dialogar e apresentar propostas de como a administração pública local pode valorizar mais o esporte seguro e inclusivo e os talentos existentes no município.

ATIVIDADE 1.2

PROMOVER O ESPORTE SEGURO E INCLUSIVO NA ESCOLA E NA COMUNIDADE.

1.2.1 – AÇÃO A SER REALIZADA COM O NÚCLEO DE ADOLESCENTES

Promova um encontro dos(as) jovens que participam do núcleo de adolescentes para planejar um dia de esporte seguro e inclusivo na escola, numa praça, numa quadra esportiva ou no lugar que seja mais apropriado.

Convide pessoas do seu município que possam ajudar nesse planejamento: professor(a) de educação física ou de outra disciplina, agentes públicos que organizam atividades esportivas, atletas e pessoas que conhecem o tema e possam contribuir.

Identifique quem são as pessoas que menos praticam esportes no seu município: são as meninas, as pessoas com deficiência, as pessoas que vivem nas comunidades mais afastadas do centro da cidade, em um bairro determinado ou de uma vila específica?

Organize o **Dia do esporte seguro e inclusivo** pensando em como essas pessoas poderiam ser motivadas a participar das atividades. Que adaptações precisam ser feitas para garantir a participação de todos e todas?

1.2.2 – AÇÃO A SER REALIZADA COM A GESTÃO MUNICIPAL

O(A) mobilizador(a) de adolescentes vai propor ao Secretário de Esportes do município, ou ao gestor municipal responsável por esta área, ou mesmo ao(à) diretor(a) da escola (caso a atividade seja planejada para acontecer numa escola) uma reunião com o núcleo de adolescentes para apresentar a proposta do **Dia do esporte seguro e inclusivo**, e definir a data, a programação e as responsabilidades no desenvolvimento dessa atividade do Selo UNICEF.

1.2.3 – AÇÃO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Após definir a data e a programação do **Dia do esporte seguro e inclusivo**, o(a) mobilizador(a) de adolescentes e os(as) integrantes do núcleo de adolescentes vão preparar uma proposta de divulgação para convidar a população do município a participar da atividade.

Usar as mídias sociais e outros meios de comunicação, como cartazes e folhetos, e ir às escolas para divulgar a atividade são algumas possibilidades de divulgação a serem exploradas.

Realizar o **Dia do esporte seguro e inclusivo**.

Registrar – por fotos, vídeos e por escrito – qual foi a metodologia de inclusão nos esportes criada por vocês, o que deu certo, o que pode ser melhorado, quantas pessoas participaram, qual foi o apoio da gestão municipal, e se essa atividade contribuiu para sensibilizar o município para a importância do esporte.

ATIVIDADE 1.3 MAPEAMENTO DOS LUGARES UTILIZADOS PARA A PRÁTICA DE ESPORTES EM SEU MUNICÍPIO

1.3.1 – AÇÃO A SER REALIZADA COM O NÚCLEO DE ADOLESCENTES

O(A) mobilizador(a) de adolescentes e jovens pode propor aos(às) integrantes do núcleo de adolescentes que façam um levantamento dos lugares que existem no município para a prática de esportes. Pode ser por meio de uma foto, de um vídeo, de

uma lista com o nome do lugar, ou mesmo o endereço ou um ponto de referência.

Com um mapa da cidade, o núcleo de adolescentes pode marcar os locais nos quais se pode praticar esportes, incluindo a informação sobre se é um espaço **adequado** ou se precisa ser **melhorado**.

Exemplos de espaço adequado:

- o espaço é acessível para pessoas com deficiência (pessoas que usam cadeira de rodas, pessoas com deficiência visual, auditiva, mental e/ou outras);
- o espaço é seguro: a área de atividade – quadra ou campo – é protegida por muros ou grades adequados; é coberta; existe espaço suficiente entre essa área e seu entorno; quando a bola sai da área de atividade, não é perigoso ir buscá-la.
- existem vestiários e banheiros separados para meninos e para meninas.

Exemplos do que pode ser melhorado:

- não é acessível para pessoas com deficiência (pessoas que usam cadeira de rodas, pessoas com deficiência visual, auditiva, mental);
- não é seguro: a área de atividade – quadra ou campo – fica à beira de uma estrada; quando a bola sai da área de atividade, é perigoso ir buscá-la; quando chove, a área de atividade não pode ser utilizada devido a alagamentos ou buracos;
- não existem vestiários nem banheiros, ou existe apenas um, que é usado só por meninos.

Prepare uma lista de locais para atividades esportivas, informando aspectos que favorecem ou dificultam a prática de esporte seguro e inclusivo em cada um deles.

1.3.2 – AÇÃO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Divulgue o mapa e a lista produzidos pelo núcleo de adolescentes, utilizando mídias sociais e outros meios de comunicação, como cartazes e folhetos, entre outras formas de divulgação disponíveis.

Peça que as pessoas enviem ao núcleo de adolescentes informações adicionais para completar o mapa, corrigir alguma informação ou dar sugestões.

1.3.3 – AÇÃO A SER REALIZADA COM A GESTÃO MUNICIPAL

O(A) mobilizador(a) de adolescentes e jovens pode propor ao Secretário de Esportes do município, ou a outro(a) representante da gestão municipal responsável por esta área, uma reunião com o núcleo de adolescentes para que os(as) jovens apresentem o mapeamento realizado e proponham melhorias necessárias para assegurar a prática do esporte nos espaços que são de responsabilidade da prefeitura.

MATERIAIS DE REFERÊNCIA DO DESAFIO 1:

“Caravana do Esporte e das Artes”: vídeo de Maceió ilustra como o projeto já promoveu o direito ao esporte em mais de 120 municípios brasileiros: [clique aqui](#) ou veja no cartão do(a) mobilizador(a) de adolescentes.

“Portas Abertas para a Inclusão”: vídeo apresenta coletânea de práticas de educação física inclusiva: [clique aqui](#) ou veja no cartão do(a) mobilizador(a) de adolescentes.

DESAFIO 2

Promover a alimentação saudável e prevenir a obesidade

CONTEÚDO A SER DESENVOLVIDO

Um em cada dois brasileiros pesa mais do que deveria. Entre os mais jovens, o número de pessoas obesas cresceu mais do que cinco vezes em 20 anos. Mas qual é o problema de ser gordinho(a)? A obesidade aumenta as chances de vários outros problemas de saúde: doenças do coração, pressão alta, diabetes e até alguns tipos de câncer. E não pense que são doenças que vão aparecer daqui a muitos anos, não... Prejuízos no crescimento, dificuldades respiratórias, alterações de pele e problemas no sangue, entre vários outros, podem, sim, afetar crianças e adolescentes.

As partes psicológica e social também ficam abaladas, podendo causar problemas de autoestima, ansiedade, isolamento social e depressão. Não há como não falar do bullying e da relação que nossa sociedade tem com o corpo. Até o século 19, pessoas gordas eram vistas como bem-sucedidas, ricas, fortes e belas. Hoje, o corpo tido como ideal pelos meios de comunicação de massa – muitas vezes inalcançável – é magro e jovem. Muitas pessoas, insatisfeitas com sua imagem, acabam fazendo as dietas mais malucas em busca desse modelo, podendo até desenvolver transtornos alimentares, como bulimia ou anorexia. Pessoas com esses transtornos têm em comum uma preocupação excessiva com o peso, medo de engordar, e uma distorção da imagem corporal que as leva enxergar-se mais gordas do que realmente são.

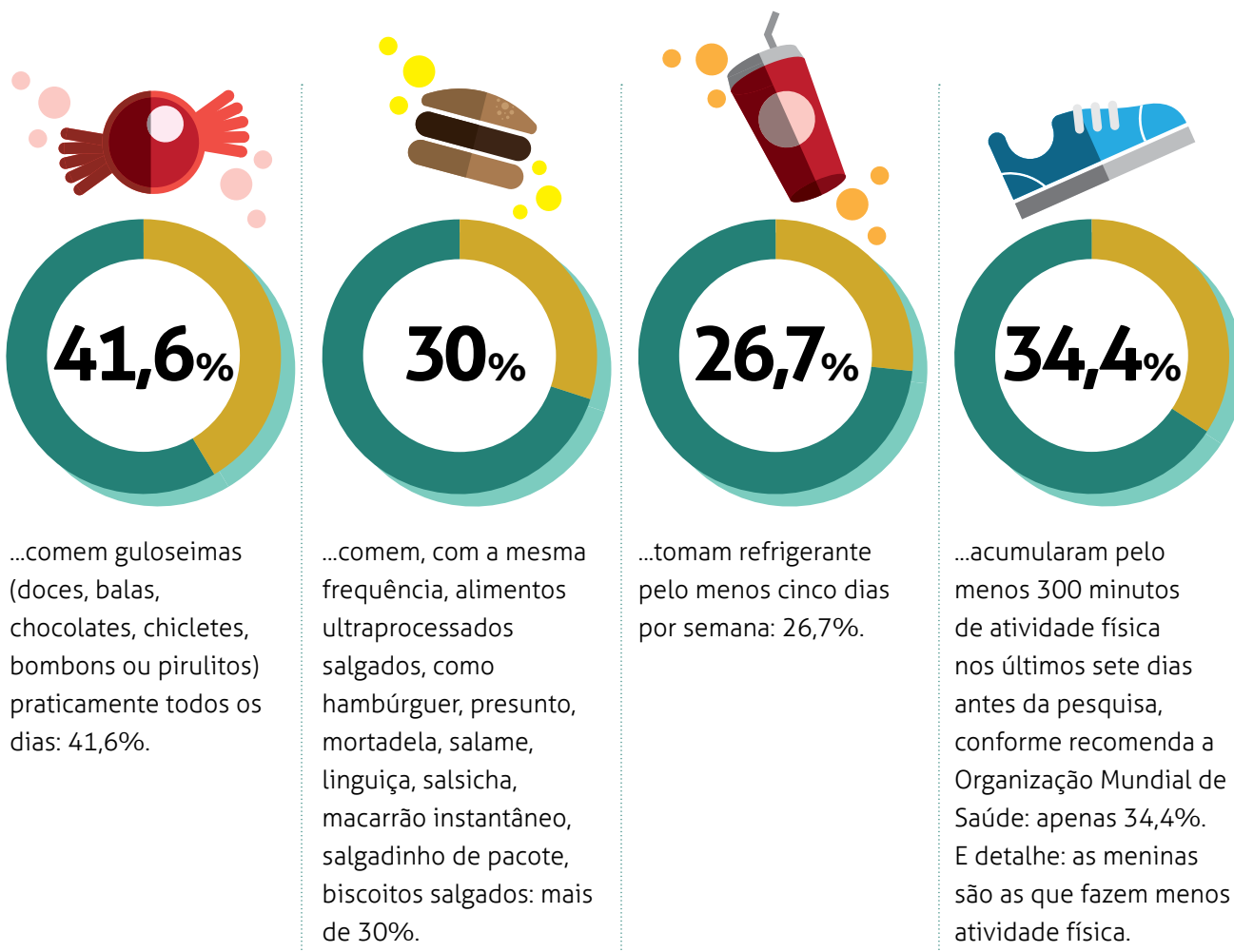
Mas de quem é a responsabilidade pela obesidade? São várias as causas, e a genética é uma delas. A obesidade do pai ou da mãe cria na criança 40% de chance de desenvolver o mesmo problema. Se o

pai e a mãe são obesos, esse risco passa para 80%. Mas isso não explica tudo. Alimentação não saudável e falta de exercício físico têm grande impacto. Pular o café da manhã, comer assistindo à televisão, usando o computador ou falando ao celular também não são práticas recomendáveis, porque a pessoa acaba prestando mais atenção na outra atividade do que na comida. Quando se dá conta, já comeu muito mais do que necessitava. A publicidade também não ajuda: o que não falta é propaganda chamando para se jogar na pizza, na salsicha, em produtos congelados, refrigerantes, salgadinhos de pacote etc.

Comer com pressa dentro do ônibus ou num lugar barulhento e sujo não é nada legal. O ideal é separar um tempo do seu dia para a alimentação, isto é, parar um tempinho para escolher um lugar limpo e tranquilo para se alimentar, sentar à mesa, coisa que não se consegue fazer na correria do dia a dia. Ah, e não se esqueça de desligar a TV e deixar o celular para outra hora.

Todos esses aspectos têm influência sobre nossa saúde e nossa qualidade de vida, e devem ser considerados na hora de falar sobre alimentação saudável.

Porcentagem de estudantes do nono ano do Ensino Fundamental que...



...comem guloseimas (doce, balas, chocolates, chicletes, bombons ou pirulitos) praticamente todos os dias: 41,6%.

...comem, com a mesma frequência, alimentos ultraprocessados salgados, como hambúrguer, presunto, mortadela, salame, linguiça, salsicha, macarrão instantâneo, salgadinho de pacote, biscoitos salgados: mais de 30%.

...tomam refrigerante pelo menos cinco dias por semana: 26,7%.

...acumularam pelo menos 300 minutos de atividade física nos últimos sete dias antes da pesquisa, conforme recomenda a Organização Mundial de Saúde: apenas 34,4%. E detalhe: as meninas são as que fazem menos atividade física.

Mas o que se considera uma alimentação adequada e saudável? Alimentar-se bem vai muito além de receber os nutrientes que vão manter o nosso corpo. O modo como você come e aspectos como idade, gênero, cultura, forma de preparação e origem dos alimentos, a relação com o meio ambiente, preço, disponibilidade dos alimentos perto de sua casa, equilíbrio entre qualidade e quantidade e o prazer de comer também são levados em consideração no conceito de Alimentação Saudável, e estão previstos na Política Nacional de Alimentação e Nutrição.

“Alimentação adequada e saudável é uma prática alimentar apropriada aos aspectos biológicos

e socioculturais dos indivíduos, bem como ao uso sustentável do meio ambiente. Deve estar de acordo com as necessidades de cada fase do curso da vida e com as necessidades alimentares especiais; ser referenciada pela cultura alimentar e pelas dimensões de gênero, raça e etnia; ser acessível do ponto de vista físico e financeiro; harmônica em quantidade e qualidade; baseada em práticas produtivas adequadas e sustentáveis; com quantidades mínimas de contaminantes físicos, químicos e biológicos”.

Política Nacional de Alimentação e Nutrição

Isso quer dizer que, além de comer frutas e verduras,

uma boa alimentação é aquela que, entre outros aspectos:

- é ideal para a idade e o gênero da pessoa;
- respeita a cultura, a raça e etnia da pessoa;
- não prejudica o meio ambiente;
- não está contaminada;
- é adequada para pessoas diabéticas ou que têm pressão alta, doença celíaca ou outras condições que precisam ser evitadas, ou que têm restrição para alguns produtos;
- é acessível, isto é, a pessoa consegue pagar por ela;
- está disponível perto de onde a pessoa mora, trabalha ou estuda;
- é equilibrada, tanto na qualidade como na quantidade.

No Brasil, em 2014, foi lançada a segunda edição do Guia Alimentar para a População Brasileira. Essa é uma publicação do Ministério da Saúde que tem como objetivo apoiar e incentivar uma alimentação saudável para as pessoas, as famílias, as comunidades e toda a sociedade brasileira. Ou seja, essa é atualmente nossa maior fonte de informações e recomendações confiáveis para saber sobre alimentação saudável. Confira nos materiais de referência deste Desafio.

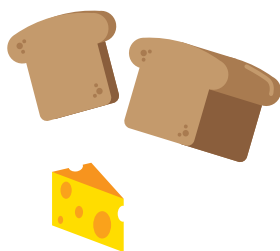
O jeito mais simples de entender o que é a alimentação saudável é saber como os alimentos são classificados:

CLASSIFICAÇÃO DOS ALIMENTOS



Alimentos in natura – vêm das plantas ou dos animais diretamente para a mesa. Ex.: frutas, folhas, ovos.

Alimentos minimamente processados – depois de deixar a natureza, passam por processos de limpeza ou remoção de partes ou outros procedimentos, sem envolver adição de sal, açúcar, óleos ou gorduras. Ex.: leite pasteurizado, farinhas, carnes resfriadas ou congeladas. Óleos, gorduras, sal e açúcar – são extraídos de alimentos in natura ou diretamente da natureza, e são utilizados para temperar e cozinhar alimentos.



Alimentos processados – fabricados pela indústria a partir de alimentos in natura ou minimamente processados, com adição de sal, açúcar ou outra substância para torná-los duráveis e saborosos. Passam por técnicas de processamento, como cozimento, secagem, fermentação, acondicionamento em latas ou vidros, e por métodos de preservação, como salga, salmoura, cura e defumação. Ex.: legumes em conserva, frutas em calda, queijos, pães.

Alimentos ultraprocessados – fabricados pela indústria a partir de substâncias extraídas ou derivadas de alimentos (óleos, gorduras, açúcar, amido, proteínas, gorduras hidrogenadas, amido modificado) ou sintetizadas em laboratório (corantes, aromatizantes, realçadores de sabor). Passam por técnicas de processamento industrial, como extrusão, moldagem e pré-processamento por meio de fritura ou cozimento. Ex.: refrigerantes, refrescos, biscoitos recheados, salgadinhos de pacote, macarrão instantâneo, sorvetes, balas e guloseimas em geral, cereais matinais açucarados, bolos e misturas para bolo, barras de cereal, produtos congelados e prontos para aquecimento, como pizzas, hambúrgueres, *nuggets* e salsichas.



Fica fácil saber o que usar com ou sem moderação, certo? Agora você já pode descobrir as quatro regras para uma alimentação saudável. Lá vão elas:

- Faça de alimentos *in natura* ou minimamente processados a base de sua alimentação.
- Utilize óleos, gorduras, sal e açúcar em pequenas quantidades ao temperar e cozinhar alimentos, e ao criar preparações culinárias.
- Limite o consumo de alimentos processados a pequenas quantidades, como ingredientes de preparações culinárias, ou como parte de refeições baseadas em alimentos *in natura* ou minimamente processados.
- Fuja dos alimentos ultraprocessados.

A dica é trocar:

Refri e bebidas lácteas por água, leite e frutas;
Pratos congelados por comida feita na hora;
Macarrão instantâneo por macarrão tradicional;
Biscoito recheado por biscoito feito em casa.

Para ter controle total do que você come, sem se perder nos mistérios das listas de ingredientes industrializados, o mais legal é aprender a cozinhar. Comer em boa companhia também é muito saudável.

Então, fica a dica: coma comida de verdade! Isto é, coloque no seu prato alimentos que foram preparados por você ou por outra pessoa, e não pela indústria. Coma aquilo que a natureza nos oferece, sem aditivos químicos nem coisas esquisitas que a indústria coloca para tornar o alimento mais saboroso, ou para fazer com que ele dure mais na prateleira do mercado. Evite os alimentos mega-industrializados, que são os “ultraprocessados”,

aqueles que você não sabe quem fez, de onde vêm ou o que têm dentro. Aí fica fácil escolher o que é bom não só para você, mas para sua família, seus amigos e até para o meio ambiente.

Quer ficar craque no assunto? Veja os vídeos do Panelinha, um *blog* da Rita Lobo, que é uma apresentadora de televisão especialista em gastronomia. A Rita fez uma parceria com pesquisadores da Universidade de São Paulo e preparou dez aulas rapidinhas sobre Comida de Verdade. Veja nos materiais de referência ao final deste Desafio.

Direito Humano

Em 2010, ter uma alimentação adequada passou a ser considerada parte dos direitos sociais previstos na Constituição (artigo 6). Mas, infelizmente, esse não é um direito garantido para toda a população brasileira. Se a obesidade é um problema para muitos, a desnutrição e a fome ainda são realidade para certos grupos populacionais, incluindo os indígenas. Além disso, o acesso a alimentos de qualidade é limitado para muitos brasileiros. Em todo o mundo, nosso país é um dos que mais utilizam agrotóxicos!

E convenhamos, muitas vezes o ambiente não colabora. Se na TV só passa propaganda de comida não saudável; se a rua onde a pessoa poderia praticar atividade física é extremamente violenta; se as lanchonetes só vendem comida não saudável; ou se o refresco em pó tem menos de 1% de polpa de fruta, embora seja embalado por uma imagem linda de fruta fresca, tá difícil!

Isso mostra que, além da vontade própria para adotar um estilo de vida mais saudável, outras ações devem ser implementadas para contribuir para a prevenção da obesidade. Além de cada indivíduo, outros atores também têm responsabilidade na implementação de ações preventivas, inclusive o governo e a sociedade civil. Algumas

medidas recomendáveis são: promover a amamentação e a alimentação saudável (o aleitamento materno prolongado, além de outros inúmeros benefícios, reduz o risco de a criança ter obesidade no futuro e, de quebra, ainda ajuda a mãe a perder peso mais rapidamente depois do parto); melhorar a alimentação e os ambientes de atividade física nas escolas, incluindo normas e/ou regulamentações sobre a venda de alimentos e bebidas nesses espaços; aumentar impostos sobre as bebidas açucaradas (por exemplo, refrigerantes) e produtos muito calóricos; regulamentar a publicidade e a rotulagem de alimentos, tornando fácil e rápida a identificação de produtos muito calóricos e com poucos nutrientes; implementar ações que envolvam diferentes setores da sociedade (por exemplo, mais espaços urbanos recreativos), para que todas tenham acesso a uma vida mais saudável.

E aí, você sabe se seu peso é saudável? Vale consultar o(a) professor(a) de educação física, um(a) nutricionista ou profissional de saúde para avaliar seu peso e sua altura de acordo com sua fase de crescimento. Aliás, essa avaliação pode ser registrada na Caderneta de Saúde do Adolescente. Já tem a sua? Se não tem, solicite na Unidade Básica de Saúde.

Para saber mais, confira os materiais de referência ao final deste Desafio.

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS PELOS NÚCLEOS DE ADOLESCENTES

ATIVIDADE 2.1

PROMOVER SESSÕES DE CINE-DEBATE SOBRE ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL, COM OS FILMES "FONTE DA JUVENTUDE", "PERAÍ, É NOSSO DIREITO!" E "MUITO ALÉM DO PESO", E PRODUZIR MATERIAL AUDIOVISUAL SOBRE DIREITO À ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

2.1.1 – AÇÃO A SER REALIZADA COM O NÚCLEO DE ADOLESCENTES

Promova um encontro do núcleo de adolescentes de seu município e apresente ideias e conceitos importantes sobre alimentação saudável, direito humano à alimentação adequada e obesidade. Proponha aos(as) participantes do núcleo a

organização de sessões de cine-debate sobre filmes que tratam do tema, definindo a estratégia de divulgação das sessões, das datas e do local de exibição, e possíveis parcerias para a realização da atividade com escolas, centros de saúde, associações comunitárias etc. Um lanche saudável para os dias de exibição dos filmes pode estar incluído no planejamento. Aliás, confira algumas receitas nos materiais de referência ao final deste Desafio, e adapte o lanche para contar com alimentos típicos da sua região.

Defina com os(as) adolescentes perguntas que estimulem o debate sobre os filmes. Para isso, seria importante exibir os filmes para um grupo de jovens antes da exibição para a comunidade. Algumas sugestões de perguntas estão descritas na próxima ação.

2.1.2 – AÇÃO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Organize sessões de cine-debate para ampliar o conhecimento da comunidade sobre alimentação saudável. Veja como ter acesso aos filmes nos materiais de referência deste Desafio.

Os filmes sugeridos para as sessões são os seguintes:

1. "FONTE DA JUVENTUDE", dirigido por Estevão Ciavatta. Lançado em 2017, tem 56 minutos de duração.

SINOPSE: A partir de uma série de entrevistas com especialistas das áreas de agricultura, saúde e culinária, "Fonte da Juventude" aborda a obesidade e a má alimentação da população brasileira. Além disso, o documentário traz a proposta de uma plataforma de conscientização a partir da mostra da biodiversidade como resposta para superar a má nutrição no país.

SUGESTÕES DE PERGUNTAS PARA O DEBATE:

- Quais são as maiores dificuldades que você, sua família, sua comunidade e/ou seu município enfrentam para adotar uma alimentação saudável?
- O direito à alimentação adequada é acessível a todos do ponto de vista social, cultural e econômico? Qual deve ser a nossa postura diante desse desafio?

2. "MUITO ALÉM DO PESO", dirigido por Estela Renner. Lançado em 2012, tem 1 hora e 24 minutos de duração.

SINOPSE: O documentário fala sobre a má qualidade da alimentação que tem sido ofertada e consumida pelas crianças no Brasil, e destaca a contribuição da indústria de alimentos para a grave situação de obesidade infantil que nosso país enfrenta atualmente.

SUGESTÕES DE PERGUNTAS PARA O DEBATE:

- Qual o papel da publicidade na alimentação de crianças e adolescentes?
- Você acha que deveria haver alguma lei para a publicidade de alimentos industrializados para crianças? O que essa lei deveria propor?
- Como adotar uma postura crítica diante da indústria de alimentos?

3. "PERAÍ, É NOSSO DIREITO", dirigido por Renato Barbieri e produzido pela Ação Brasileira para a Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH), com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Alimentação – FAO. Lançado em 2008, tem 34 minutos de duração.

SINOPSE: O filme conta a história de duas comunidades – Sururu de Capote (Maceió, AL) e Vila Santo Afonso (Teresina, PI) – que se organizaram para lutar pelo Direito Humano à Alimentação Adequada.

SUGESTÕES DE PERGUNTAS PARA O DEBATE:

- O que as comunidades apresentadas no filme têm em comum com a realidade que você vive ou com o município onde você mora?
- De que forma o seu município poderia se organizar para reivindicar o Direito Humano à Alimentação?
- Adequada para todos os cidadãos?
- Quem seriam os principais atores responsáveis por promover esse direito?
- E os(as) adolescentes, o que poderiam fazer?

2.1.3 – AÇÃO A SER REALIZADA COM A GESTÃO MUNICIPAL

A partir dos debates realizados após a exibição

do filme, propõe-se que um grupo de adolescentes elabore um filme-carta, ou seja, uma mensagem transmitida em vídeo (de celular mesmo) com recomendações sobre como promover o direito à alimentação saudável em seu município. O material deve ser entregue à prefeitura. O(A) articulador(a) do Selo UNICEF poderá ajudar a identificar a melhor pessoa na gestão municipal para receber o material. O material audiovisual pode ser acompanhado de um documento impresso com as mensagens centrais do filme-carta. Como referência, veja os filmes-cartas feitos pelo "Movimento comer pra quê?" nos materiais de referência deste Desafio.

ATIVIDADE 2.2 TESTAR A DISPONIBILIDADE DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS NA ESCOLA E EM SEUS ARREDORES

2.2.1 – AÇÃO A SER REALIZADA COM O NÚCLEO DE ADOLESCENTES

Os alimentos oferecidos ou vendidos nas escolas do seu município ou em seus arredores são considerados saudáveis? O ambiente escolar estaria promovendo saúde ou, ao contrário, obesidade? Para pensar sobre isso, propõe-se que o núcleo de adolescentes faça um debate sobre o tipo de comida que costumam comer enquanto estão na escola.

2.2.2 – AÇÃO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Após o debate, um grupo do núcleo de adolescentes poderá fazer uma pesquisa em algumas escolas do município para avaliar o que é oferecido na cantina da escola. Se lá não são vendidos alimentos, avalie os alimentos comercializados nos arredores da escola (ambulantes perto da entrada, comércios próximos etc.). Utilize a lista de alimentos sugerida nos materiais de referência ao final deste desafio.

Com a lista preenchida, avalie se o que é vendido corresponde a alimentos in natura, minimamente processados, processados ou ultraprocessados.

Sugestão: colorir as palavras de acordo com a seguinte legenda:

in natura = verde

minimamente processado = amarelo

processado = laranja

ultraprocessado = vermelho

2.2.3 – AÇÃO A SER REALIZADA COM A GESTÃO MUNICIPAL

Com base nos resultados do teste dos alimentos nas escolas, o núcleo de adolescentes poderá propor às pessoas responsáveis pela merenda escolar na Secretaria de Educação de seu município um plano para a criação de um ambiente escolar mais saudável. Esse plano poderá ser elaborado pelo núcleo de adolescentes, com apoio de integrantes do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) do município e/ou do estado, profissionais da Secretaria da Saúde, nutricionistas ou quaisquer especialistas indicados(as) pelo(a) articulador(a) do Selo UNICEF.

ATIVIDADE 2.3 REFLETIR SOBRE A PRESSÃO EM BUSCA DO “CORPO PERFEITO” E ACABAR COM O BULLYING

2.3.1 – AÇÃO A SER REALIZADA COM O NÚCLEO DE ADOLESCENTES

A proposta é reunir o núcleo de adolescentes para uma roda de conversa que estimule o pensamento crítico sobre a pressão social que estimula adolescentes a buscar um corpo perfeito, e sobre o *bullying* relacionado a esse assunto – ou seja, a prática de ofender uma pessoa cujo corpo não se encaixa nos padrões de beleza.

Sugere-se que a roda de conversa tenha início mostrando recortes de revista com imagens de publicidade. Também podem ser utilizadas imagens das mídias sociais e da internet. Os(As) participantes podem observar as imagens e identificar o que elas têm em comum em relação à maneira como mostram o corpo da mulher e do homem.

Sugestões de perguntas para o debate:

- Por que a publicidade utiliza mais o corpo da mulher do que o do homem para anunciar produtos?
- Considerando que a publicidade tem como função fazer com que o público se identifique com as imagens e os produtos que pretende vender, que mensagem está sendo disseminada em relação ao corpo da mulher? Apresentar o corpo da mulher associado aos produtos que a publicidade pretende vender estaria transmitindo a ideia da mulher como “objeto de desejo”?

- Onde estão as imagens de mulheres com outros atributos além do corpo “ideal”, como talento para a música, os estudos, a vida profissional etc.? Como essas imagens influenciam a maneira como as meninas enxergam seu próprio corpo e constroem sua identidade/personalidade? Como isso afeta a autoestima das adolescentes?

- Os corpos mostrados na publicidade estimulam uma atitude de vida saudável, com alimentação adequada? As imagens contribuem para uma atitude de satisfação ou, ao contrário, de insatisfação com o próprio corpo?

- No Brasil, a aparência do corpo é motivo frequente de *bullying* – a prática de ofender ou humilhar alguém, mesmo que pareça uma brincadeira. Como evitar essa prática agressiva, que acaba gerando ansiedade e depressão?

- O preconceito contra pessoas gordas tem sido chamado de “gordofobia”, e acontece no meio escolar, na família, nas mídias sociais e na sociedade em geral. De acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) 2015, uma em cada cinco meninas brasileiras com idade entre 13 e 15 anos se considera gorda ou muito gorda. E embora as meninas que se consideram gordas ou muito gordas representem 21,8% das entrevistadas, o desejo de perder peso atinge 30,3% do total. Que mensagens poderíamos espalhar para chamar a atenção para essa realidade, que pode levar as adolescentes a desenvolver distúrbios alimentares, como anorexia ou bulimia nervosa?

Para complementar, veja alguns vídeos de artistas que questionam padrões de beleza nos materiais de referência deste Desafio.

2.3.2 – AÇÃO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Com base nos assuntos discutidos na roda de conversa, propõe-se que o núcleo de adolescentes elabore peças de comunicação com um posicionamento crítico sobre a busca pelo corpo perfeito. Podem ser elaborados cartazes, memes, vídeos, programas de entrevista etc. Sugere-se que as peças sejam compartilhadas nas mídias sociais e/ou em locais públicos, como pátios das escolas e associações comunitárias.

2.3.3 – AÇÃO A SER REALIZADA COM A GESTÃO MUNICIPAL

Sugere-se que uma comissão do núcleo de adolescentes proponha uma ação para profissionais da área da saúde e/ou da educação para ampliar o pensamento crítico sobre a pressão social que afeta principalmente as meninas para que alcancem um corpo tido como “perfeito” pela sociedade, e sobre possíveis consequências que essa busca por um ideal inatingível tem para a saúde das adolescentes, como distúrbios alimentares (por exemplo, bulimia ou anorexia nervosa).

MATERIAIS DE REFERÊNCIA DO DESAFIO 2:

Guia Alimentar para a População Brasileira (2014): documento do Ministério da Saúde traz recomendações para uma alimentação adequada e saudável: [clique aqui](#) ou veja no cartão do(a) mobilizador(a) de adolescentes.

Panelinha: blog da Rita Lobo traz receitas de alimentação saudável: [clique aqui](#).

Comida de verdade: blog do jornal Gazeta do Povo aborda a alimentação saudável: [clique aqui](#).

Plano de Ação para a Prevenção da Obesidade em Crianças e Adolescentes 2014-2019: documento da Organização Pan-Americana da Saúde e Organização Mundial da Saúde: [Clique aqui](#) ou veja no cartão do(a) mobilizador(a) de adolescentes.

Movimento “Comer pra quê?” (2014-2018): textos e vídeos direcionados à juventude brasileira procuram gerar consciência crítica em relação às práticas alimentares, e mostrar que a escolha dos alimentos é um ato político: [Clique aqui](#) ou veja no cartão do(a) mobilizador(a) de adolescentes.

Vídeo 1: [clique aqui](#) ou veja no cartão do(a) mobilizador(a) de adolescentes.

Vídeo 2 (animação): [clique aqui](#) ou veja no cartão do(a) mobilizador(a) de adolescentes.

Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável: coletivo de organizações que atuam para garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada, por meio do avanço em políticas públicas, campanhas, cartas de apoio, entre outras ações: [clique aqui](#).

Política Nacional de Alimentação e Nutrição (2013): documento do Ministério da Saúde traz diretrizes para garantir a Segurança Alimentar e Nutricional da população brasileira: [clique aqui](#) ou veja no cartão do(a) mobilizador(a) de adolescentes.

Caderno Temático sobre Segurança Alimentar e Nutricional e Promoção da Alimentação Adequada e Saudável, do Programa Saúde na Escola (2015): documento do Ministério da Saúde trata de alimentação adequada e saudável no ambiente escolar: [clique aqui](#) ou veja no cartão do(a) mobilizador(a) de adolescentes.

DICAS DE RECEITAS SAUDÁVEIS

PIPOCA

Esqueça aquelas compradas no mercado. Então anote aí: você vai precisar apenas de uma xícara de milho para pipoca e duas colheres de café de sal (isso mesmo, não precisa de óleo!). Coloque o milho em um saco de pão (aqueles de papel pardo convencional), dobre o saco e leve ao microondas por aproximadamente dois minutos e 20 segundos, na função "pipoca". Acrescente o sal – não vai exagerar! – e pronto! Ah, e como também recomenda o **Guia Alimentar**, chame seus amigos e suas amigas para dividir a pipoca!

PÃO DE QUEIJO

Você vai precisar de:

- 1 pote de iogurte natural
- 3 ovos
- 1 colher de chá de sal
- 2 colheres de sopa de manteiga
- 2 copos (tipo requeijão) de queijo meia cura ralado
- 2 xícaras de chá de polvilho doce

Bata no liquidificador os quatro primeiros ingredientes. Junte numa vasilha a mistura com o queijo e coloque aos poucos o polvilho. Amasse com as mãos até ficar uma massa uniforme e deixe descansar por dez minutos. Faça bolinhas, coloque numa assadeira sem untar e leve ao forno a 200°C por 30 minutos.

REFRIGERANTE DE LARANJA

Você já sabe que aquele que é vendido no mercado não é nada saudável, mas você vai aprender a fazer uma bebida gostosa que até lembra a versão da indústria, mas é imbatível em sabor e nutrientes!

Você vai precisar de:

- 1 ½ cenoura média
- ⅓ de copo de suco de limão
- ⅓ de xícara de açúcar
- ¼ de casca de laranja
- 1 litro de água com gás

Bata os ingredientes e parte da água no liquidificador. Depois acrescente o restante da água. Aí é só coar e servir.

FILMES

"Fonte da Juventude" (2017): documentário dirigido por Estevão Ciavatta aborda temas como biodiversidade, cultura alimentar, longevidade e obesidade: veja no cartão do(a) mobilizador(a) de adolescentes.

"Muito Além do Peso" (2012): documentário dirigido por Estela Renner aborda os efeitos do consumismo na alimentação de crianças: [clique aqui](#) ou veja no cartão do(a) mobilizador(a) de adolescentes.

"Peraí, é nosso direito" (2008): documentário dirigido por Renato Barbieri aborda o envolvimento de lideranças comunitárias de Teresina e Maceió para garantir a segurança alimentar e nutricional: [clique aqui](#).

Filmes-cartas do movimento "Comer pra quê?": vídeos produzidos por jovens utilizando o celular, despertam o senso crítico em relação à alimentação: [clique aqui](#) ou veja no cartão do(a) mobilizador(a) de adolescentes.

VIDEOCLIPES SOBRE PADRÕES DE BELEZA:

Beyoncé e Colbie Caillat são algumas artistas que já gravaram canções nas quais são questionados os padrões estéticos da nossa sociedade.

Veja os respectivos clipes com legendas em português:

Música *Pretty Hurts* (A beleza machuca): [clique aqui](#).

Música *Try* (Tente): [clique aqui](#).

DESAFIO 3

Conhecer e divulgar a Lei da Aprendizagem para criar oportunidades de conciliar aprendizagem no emprego e permanência na escola

CONTEÚDO A SER DESENVOLVIDO

O Brasil registra expressiva taxa de desemprego, e a juventude sente na pele esse desafio: a taxa de desemprego entre jovens é três vezes maior quando comparada à população em geral. Além disso, adolescentes e jovens têm presença mais marcante no mercado informal de trabalho.

Sabe-se que muitas são as dificuldades para que adolescentes e jovens brasileiros tenham acesso a um emprego formal, com garantia de permanência e manutenção desse vínculo. E ao que parece, tais dificuldades são as mesmas daquelas vivenciadas em relação ao acesso e à permanência na escola. Os dois aspectos parecem estar intrinsecamente relacionados, numa relação de duplo reforço negativo. Ou seja, quem está fora da escola tem maiores dificuldades para iniciar a vida no mundo do trabalho de forma adequada e, de outro lado, quem inicia a vida no mundo do trabalho de maneira informal e inadequada acaba por ter também dificuldades e problemas para manter-se na escola.

Sendo assim, a busca por soluções e superação de tais dificuldades pode se dar igualmente de forma combinada e integrada, efetivando-se conjuntamente as duas esferas de direitos: a escolarização e a profissionalização.

Educação e aprendizagem são direitos fundamentais de todos(as) os(as) adolescentes. São direitos que se combinam e visam ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, razão

pela qual deve o Estado assegurar os meios necessários à sua implementação por meio de políticas públicas eficazes.

A Constituição Federal estabelece como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar a adolescentes, com absoluta prioridade, o direito à profissionalização, entre outros direitos fundamentais. A garantia de prioridade absoluta compreende a precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; a preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas; e a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas à proteção da infância e da juventude.

Neste caminho em busca de soluções e estratégias, o primeiro passo é compreender os conceitos e temas que dizem respeito a essa realidade, e ter clareza também de como a legislação brasileira trata o assunto.

Para entender melhor os conceitos ligados ao tema, você pode conferir um breve glossário nos materiais de referência ao final deste Desafio.

Adolescentes e jovens no foco das políticas públicas de educação e profissionalização

Análise realizada pelo UNICEF com base na PNAD 2015 (IBGE) mostra que, no Brasil, mais de 2,8 milhões de crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos de idade estão fora da escola. Os grupos mais atingidos pela exclusão são crianças de 4 e 5 anos, idade para frequentar a Educação Infantil, e adolescentes de 15 a 17 anos, que deveriam estar no Ensino Médio.

Além disso, meninos e meninas mais vulneráveis, e que demandam políticas públicas afirmativas e inclusivas, fazem parte dos seguintes grupos: negros(as); moradores(as) do campo; filhos de pessoas com baixa escolaridade; integrantes de comunidades quilombolas ou indígenas; pessoas com deficiência; pessoas em situação de exploração ilegal do trabalho; e pessoas em conflito com a lei.

Tendo como ponto de partida o entendimento de que adolescentes e jovens são sujeitos de direitos que vivenciam uma etapa singular no desenvolvimento pessoal, a educação e a profissionalização se sobressaem como direitos fundamentais, que visam ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao seu preparo para o exercício da cidadania e à sua qualificação

para o trabalho, incumbindo ao Estado assegurar os meios necessários à sua implementação por meio de políticas públicas eficazes.

O debate aqui proposto sobre a Lei da Aprendizagem tem como objetivo verificar as oportunidades existentes no seu município, e como essas oportunidades podem ser articuladas para assegurar que retornem à escola adolescentes e jovens que dela se distanciaram por não ter conseguido conciliar o direito ao estudo e a necessidade de trabalhar e obter uma renda.

A lei estabelece regras para o exercício do trabalho conforme a idade. O quadro a seguir esclarece as regras estabelecidas pela legislação brasileira

IDADE E CONDIÇÕES DE TRABALHO

IDADE	TRABALHO
1. Menos de 14 anos	Proibido
2. Entre 14 e 16 anos	Somente na condição de aprendiz
3. Entre 14 e 24 anos	Possibilidade de contrato de aprendizagem
4. Entre 16 e 18 anos	Qualquer trabalho, desde que não seja noturno, perigoso ou insalubre ou realizado em locais prejudiciais à sua formação.
5. A partir de 18 anos	Permitido qualquer trabalho, mesmo noturno, perigoso ou insalubre, com as ressalvas decorrentes do contrato de aprendizagem.

Cota aprendizagem é obrigação do empregador

A Lei 10.097/2000, ampliada pelo Decreto Federal 5.598/2005, determina que empresas de médio e grande porte contratem um número de aprendizes equivalente a um mínimo de 5% e um máximo de 15% do seu quadro de funcionários cujas funções demandem formação profissional. De acordo com a Lei da Aprendizagem, aprendiz é o(a) jovem que assina contrato especial de trabalho que lhe permita simultaneamente atuar na empresa e frequentar uma instituição formadora. O(A) aprendiz tem a oportunidade de aplicar no dia a dia da empresa

os conhecimentos que está aprendendo na instituição. Para ter os benefícios garantidos por lei, deve cursar a escola regular (Ensino Fundamental ou Ensino Médio) e estar matriculado(a) e frequentando instituição de ensino técnico-profissional conveniada com a empresa.

Entenda a classificação das empresas por porte (tamanho), segundo número de empregados(as):

CLASSIFICAÇÃO DAS MPES SEGUNDO O NÚMERO DE EMPREGADOS(AS)

Porte da Empresa	Números de Empregados(as)	
	Comércio e Serviços	Indústria
MICROEMPRESA	Até 9	Até 19
EMPRESA DE PEQUENO PORTE	10 a 49	20 a 99
EMPRESA DE MÉDIO PORTE	50 a 99	100 a 499
EMPRESA DE GRANDE PORTE	>99	>499

Fonte: Sebrae (classificação utilizada pela área de Pesquisa do Sebrae)

Aprendiz tem jornada de trabalho conforme a escolaridade

Para jovens que não concluíram o Ensino Fundamental, a jornada de trabalho legalmente permitida é de seis horas diárias, no máximo; e para jovens que concluíram o Ensino Fundamental, é de oito horas diárias, no máximo, desde que computadas inclusive as horas destinadas às atividades teóricas (artigo 432, §1 da CLT).

O artigo 16 abre uma oportunidade para que o município planeje programas específicos. "A contratação de aprendizes por empresas públicas e sociedades de economia mista dar-se-á de forma direta, nos termos do § 1o do art. 15, hipótese em que será realizado processo seletivo mediante edital, ou nos termos do § 2o daquele artigo. Parágrafo único: A contratação de aprendizes por órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional observará regulamento específico, não se aplicando o disposto neste Decreto."

Aprendiz tem remuneração

A Lei garante ao/à aprendiz o direito ao salário mínimo-hora, salvo condição mais favorável, fixado em contrato de aprendizagem, ou prevista em convenção ou acordo coletivo de trabalho, ou piso salarial regional.

Para saber mais, confira os materiais de referência ao final deste Desafio.

ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS PELOS NÚCLEOS DE ADOLESCENTES

ATIVIDADE 3.1

NÚCLEO DE ADOLESCENTES CONHECENDO SEUS DIREITOS DE APRENDIZAGEM

3.1.1 – AÇÃO A SER REALIZADA COM O NÚCLEO DE ADOLESCENTES

O(A) mobilizador(a) de adolescentes e jovens pode convidar o núcleo de adolescentes para aprofundar seu conhecimento sobre a Lei da Aprendizagem.

Além de repassar o conteúdo deste Guia, o(a) mobilizador(a) de adolescentes pode preparar e exibir o material disponível no site do Programa Aprendiz Legal, da Fundação Roberto Marinho. Veja nos materiais de referência deste Desafio.

Após assistir ao vídeo, será proposto um debate sobre o que é mais importante na vida dos participantes do núcleo neste momento de suas vidas: estudar, trabalhar, os dois?

Se o grupo precisar ser mais estimulado para o debate, releia o texto "Conteúdo a ser desenvolvido" deste Desafio.

Com base nas respostas, sugere-se que seja elaborada uma lista de argumentos para compartilhar com outros(as) adolescentes do município, e para preparar um questionário de, no máximo, cinco perguntas a serem feitas a adolescentes e jovens de 15 a 24 anos de seu município que estão fora da

escola e não concluíram o Ensino Médio.

Sugestão de perguntas:

1. Porque você não concluiu o Ensino Médio?
2. O que faria você voltar a estudar?
3. O que você acha que ganhou abandonando a escola?
4. O que você acha que perdeu abandonando a escola?
5. Você acha que se tivesse tido a oportunidade de trabalhar como aprendiz numa empresa, ganhando um salário, você teria continuado a estudar?

3.1.2 – AÇÃO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

O núcleo de adolescentes pode pedir ajuda a algum(a) professor(a) que organize o questionário, faça as cópias necessárias e realize as entrevistas.

Para as entrevistas, cada adolescente do núcleo pode identificar uma pessoa conhecida em seu município que tenha entre 15 e 24 anos de idade que esteja fora da escola e que não tenha concluído o Ensino Médio.

Quanto mais pessoas forem entrevistadas, melhor. É importante entrevistar pessoas conhecidas e informar que não se trata de uma pesquisa formal, e sim de uma atividade do núcleo de adolescentes. E que as pessoas que concordarem livremente em responder às perguntas não terão seus nomes divulgados de nenhuma forma.

Após realizadas as entrevistas, o núcleo vai se reunir para conhecer e estruturar os resultados.

3.1.3 – AÇÃO A SER REALIZADA COM A GESTÃO MUNICIPAL

O(a) mobilizador(a) de adolescentes pode ajudar o núcleo de adolescentes a agendar uma reunião com o Conselho Municipal do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, para apresentar suas reflexões sobre a Lei de Aprendizagem e ouvir a opinião dos conselheiros sobre o que pode ser

sugerido ao município para melhorar as oportunidades de educação e profissionalização no município.

ATIVIDADE 3.2

MAPEAR OPORTUNIDADES DE APRENDIZAGEM NO MUNICÍPIO

3.2.1 – AÇÃO A SER REALIZADA COM O NÚCLEO DE ADOLESCENTES

O(A) mobilizador(a) de adolescentes pode convidar o núcleo de adolescentes a identificar as oportunidades de aprendizagem profissional no seu município e na sua região.

É importante solicitar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a relação de entidades governamentais e não governamentais responsáveis pelo desenvolvimento de ações de educação profissional inscritas e cadastradas.

Sugere-se que o núcleo de adolescentes solicite à prefeitura que informe quantas empresas existem no município e quantas oferecem vagas na modalidade de aprendiz.

Em seguida, o núcleo de adolescentes pode montar uma "lista de oportunidades" para divulgar no município.

3.2.2 – AÇÃO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

O núcleo de adolescentes pode fazer um amplo processo de divulgação da "lista de oportunidades" organizada pelo núcleo de adolescentes por meio das mídias sociais, nas escolas, nos meios de comunicação social tradicionais (rádio, TV, jornais) existentes no município.

3.2.3 – AÇÃO A SER REALIZADA COM A GESTÃO MUNICIPAL

Sugere-se que se proponha ao(à) prefeito(a) do município que dê uma entrevista ao núcleo de adolescentes, apresentando o que a gestão municipal vem fazendo para aumentar as oportunidades de profissionalização, aprendizagem e formação técnica de adolescente e jovens do município.

MATERIAIS DE REFERÊNCIA DO DESAFIO 3:

Textos e vídeos do Programa Aprendiz Legal, da Fundação Roberto Marinho, voltados para a preparação e a inserção de jovens no mundo do trabalho, apoiados na Lei da Aprendizagem (10.097/2000): [clique aqui](#).

Manual da Aprendizagem (2014): documento do Ministério do Trabalho e Emprego traz orientações sobre a Lei da Aprendizagem para empregadores e entidades formadoras: [clique aqui](#) ou veja no cartão do(a) mobilizador(a) de adolescentes.

Dez Desafios do Ensino Médio no Brasil (2014): estudo do UNICEF aborda os principais desafios do Ensino Médio, entre os quais a dificuldade de conciliar trabalho e estudo: [clique aqui](#) ou veja no cartão do(a) mobilizador(a) de adolescentes.

Revista Viração/edição 112 (2017): apresenta percepções de adolescentes e jovens sobre o mundo do trabalho: veja no cartão do(a) mobilizador(a) de adolescentes.

BREVE GLOSSÁRIO

CRIANÇA = Pessoa até 12 (doze) anos de idade incompletos (artigo 2 do ECA)

ADOLESCENTE = Pessoa entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos de idade (artigo 2 do ECA)

TRABALHO INFANTIL = Toda forma de trabalho exercido por crianças e adolescentes abaixo da idade mínima legal permitida para o trabalho, que, conforme a legislação brasileira, é de 14 anos.

APRENDIZ = Adolescente ou jovem entre 14 (catorze) e 24 (vinte e quatro) anos de idade que celebra contrato de aprendizagem nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

CONTRATO DE APRENDIZAGEM = Contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar a pessoas maiores de 14 e menores de 24 anos de idade, inscritas em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com seu desenvolvimento físico, moral e psicológico; e o(a) aprendiz se compromete a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação (artigos 428 a 433 da CLT).

EVASÃO ESCOLAR = Situação na qual o(a) estudante deixa de frequentar a escola e fica caracterizado o abandono escolar.

DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO = Um dos direitos fundamentais de adolescentes e jovens, previsto na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, que garante a formação adequada para o ingresso no mundo do trabalho.

DESAFIO 4

Promover o direito à inclusão digital e ao uso seguro da internet

CONTEÚDO A SER DESENVOLVIDO

Atualmente, a internet faz parte de quase todos os momentos da vida dos(as) adolescentes. Conhecer gente, namorar, conversar, aprender, fazer compras... tudo parece estar associado ao uso das tecnologias. Sem medo das inovações tecnológicas, as novas gerações parecem não desgrudar do celular, usado quase como uma extensão do próprio corpo. Verdade? Sim e não. Segundo a pesquisa TIC Kids Online 2016, realizada pelo Comitê Gestor da Internet, no Brasil ainda não têm acesso à internet 5,2 milhões de crianças e adolescentes de 9 a 17 anos de idade. Os mais desconectados vivem na zona rural e nas regiões Norte e Nordeste, e pertencem às classes D e E. O desafio da inclusão digital torna-se preocupante quando pensamos em quantas oportunidades um(a) jovem que não tem acesso à internet perde de aprender, de conseguir um estágio, de se informar.

Já os(as) adolescentes que têm acesso à internet costumam usá-la para fins educacionais e de recreação, para aprender e para curtir. Até aí, tudo bem. O problema é como equilibrar o uso saudável da internet com alguns riscos inerentes a esse uso: conhecer alguém que pode não ser exatamente quem você pensou que fosse, brincar num tom mais agressivo, ou ficar mal com a zoeira sem limites, alimentar brincadeiras de mau gosto ou acreditar em inverdades. Mesmo tendo nascido após a internet, os chamados "nativos digitais" nem sempre sabem se safar dos perigos da rede. Para usar a internet com sagacidade, é preciso desenvolver uma série de competências, habilidades e atitudes que dependem de aprendizados que vão além do conhecimento da tecnologia, como por exemplo:

- Ter pensamento crítico;
- Ser capaz de resolver problemas de maneira criativa;
- Consumir conteúdo de maneira criteriosa, diferenciando fatos, opiniões e argumentos;
- Produzir conteúdo com qualidade, sabendo defender sua ideia com argumentos consistentes;
- Compreender os elementos culturais que se expressam na internet e usufruir deles;
- Desenvolver a criatividade;
- Participar de debates sobre seus direitos e de decisões na escola e na comunidade, exercendo a cidadania;
- Ser capaz de trocar ideias com pessoas de diferentes culturas, opiniões, gostos, respeitando a diversidade e aprendendo com ela;
- Ser capaz de atuar de maneira colaborativa, criando e participando de redes e coletivos.

Para desenvolver essas competências, você pode contar com o apoio da família, de professores(as), de amigos(as), de livros e alguns manuais disponibilizados por instituições que promovem a segurança na internet.

Uma delas é a Safernet, uma organização não governamental que dá as seguintes dicas sobre o uso seguro da rede: a Internet não é uma terra sem lei. Para que tudo fique bem, é importante lembrar das responsabilidades de quem está na rede:

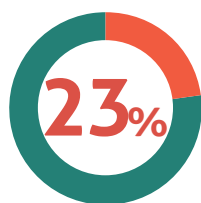
- Promover o bem-estar de todos;
- Respeitar a diversidade de culturas, personalidades e opiniões;
- Não disseminar preconceitos de cor, gênero, religião, orientação sexual, de origem social

ou de qualquer outro tipo. Liberdade de expressão não pode ser confundida com xingar alguém nas mídias sociais. Você pode aproveitar a sua liberdade de expressão para reclamar de um serviço mal feito, denunciar um político corrupto, ou mesmo dar uma indireta. Mas você não pode usar esse espaço para, por exemplo, discriminar alguém.

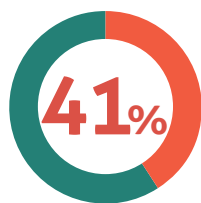
- Buscar fontes confiáveis de pesquisa;

- Não reproduzir materiais que não foram feitos por você como se fossem de sua autoria. Caso venha a usá-los, dizer sempre o nome do autor;
- Evitar encaminhar e-mails para todos os contatos, ou seja, não praticar spam;
- Não encaminhar e-mails com a listagem de remetentes anteriores para que os contatos de pessoas conhecidas não parem em mãos mal-intencionadas.

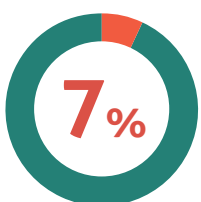
RISCOS NA REDE



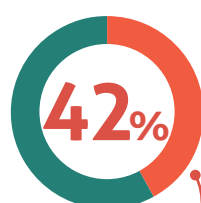
Em 2016, entre crianças e adolescentes que utilizam a internet, cerca de um quarto (23%) afirmaram não ter gostado da maneira como foram tratados(as), que foram maneiras ofensivas ou desagradáveis.



Entre usuários(as) de 9 a 17 anos de idade, 41% declararam ter presenciado alguém sendo discriminado na rede. Isso equivale a dez milhões de crianças e adolescentes no país.



Já o percentual de crianças e adolescentes que utilizam a rede e sofreram diretamente algum tipo de preconceito na internet foi de 7%.



42% declararam que tiveram contato na rede com alguém que não conheciam. Desse grupo, 22% chegaram a se encontrar pessoalmente com pessoas que não conheciam, e 4% disseram que se sentiram desconfortáveis após esse encontro, ou seja, sentiram constrangimento, medo ou que não deveriam ter ido.

22% encontraram pessoalmente desconhecidos

4% sentiram constrangimento ou medo

24% cor ou raça



Entre os diferentes tipos de discriminação identificados na internet, o mais comum foi relacionado a cor ou raça, mencionado por 24% dos(as) usuários(as) de internet entre 9 e 17 anos de idade. Outros tipos de discriminação envolveram aparência física (16%), relacionamento com pessoas do mesmo sexo (13%) e religião (10%).

Fonte: Pesquisa TIC Kids Online 2016, CGI, 2017

Os números ilustram como as situações de violência psicológica que acontecem fora do ambiente virtual são reproduzidas na internet com maior potencial de disseminação e, portanto, com consequências mais impactantes para quem está envolvido.

Os crimes de ódio estão no topo da lista de denúncias recebidas pela Safenet, e o mais comum deles é o racismo. Em 2016, a organização recebeu mais de 35 mil denúncias, envolvendo quase 11 mil páginas. O resultado? Mais de duas mil foram tiradas do ar.

O discurso de ódio é um problema grave na internet. E todos concordamos que a dignidade de cada pessoa deve ser protegida, e que há certos comportamentos que não podem ser tolerados na rede, como a apologia à violência, a misoginia (desprezo às mulheres) e o racismo.

Se você estiver navegando por aí e encontrar mensagens:

- que promovem algum tipo de discriminação por raça, por origem nacional ou por etnia que tente restringir as liberdades e os direitos de determinado grupo;
- que fazem propaganda de ideias ou teorias baseadas na superioridade de uma raça, como o nazismo;
- que incitam a violência, a hostilidade e a discriminação contra alguém ou algum grupo,

você deve denunciá-las. Isso pode ser feito na própria plataforma (Facebook ou Twitter, por exemplo) ou no canal de denúncias da Safernet. Veja mais nos materiais de referência ao final deste Desafio.

A internet é um espaço público, como as ruas, as praças e as praias. Muita gente navega por aí, tanto amigos como pessoas desconhecidas. Por isso, é preciso ter muita atenção e cuidado ao utilizá-la, para aproveitar com mais segurança as incríveis possibilidades que ela oferece, e se esquivar dos riscos.

Canal de ajuda

A Safernet também oferece o serviço de ajuda contra crimes e violações dos Direitos Humanos na internet. A equipe de atendimento é formada por psicólogos com treinamento adequado para atender, orientar e encaminhar denúncias, quando necessário, com respeito, anonimato e sigilo sobre tudo o que for dito. Caso você esteja passando por alguma situação que ocasione danos a você ou a terceiros, entre em contato por e-mail ou chat, de segunda a sexta, das 14h às 18h (horário de Brasília). Veja mais nos materiais de referência ao final deste Desafio.

ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS PELOS NÚCLEOS DE ADOLESCENTES

ATIVIDADE 4.1

INTERNET SEM VACILO EM SEU MUNICÍPIO

4.1.1 – AÇÃO A SER REALIZADA COM O NÚCLEO DE ADOLESCENTES

Para esta atividade o(a) mobilizador(a) de adolescentes deverá buscar um espaço onde haja acesso à internet e convidar os(as) participantes do núcleo de adolescentes. Se seu município não tem cobertura de internet, entre em contato com o escritório do UNICEF responsável por seu município para providenciar o material necessário para esta atividade em um pen drive (informações de contato na página de rosto desta publicação).

Em grupo, o núcleo de adolescentes pode assistir aos vídeos, de um minuto cada, da Campanha #InternetSemVacilo, disponíveis nos materiais de referência deste Desafio.

Após assistir aos vídeos, os(as) adolescentes podem debater em grupo se os temas abordados nos vídeos fazem parte de seu cotidiano.

Algumas perguntas para ajudar no debate:

Você ou alguém que você conhece já teve a foto vazada? Ou compartilhou uma foto recebida? Já teve sua privacidade invadida na internet? Já precisou lidar com situações desconfortáveis por causa de um relacionamento ou uma amizade na rede? Já observou casos de intolerância religiosa, preconceito, desrespeito? Quando situações desagradáveis na internet acontecem, a quem você costuma pedir apoio? Qual seria o papel da escola para que as pessoas adquiram o conhecimento necessário para usar a internet de maneira saudável, sem correr riscos nem ofender ninguém?

Para que o núcleo se conheça melhor, sugerimos que cada um faça o teste (*quiz*) que identifica seu perfil nas mídias sociais. Veja nos materiais de referência deste Desafio.

Depois do debate, o núcleo pode organizar uma campanha pela utilização segura da internet por

adolescentes de sua cidade, abordando temas que mais os(as) afetam.

O grupo pode se inspirar na campanha do UNICEF “Internet Sem Vacilo”, mas deve produzir seu próprio material, abordando as questões específicas da sua região.

4.1.2 – AÇÃO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Uma vez concluído o material produzido na oficina do núcleo de adolescentes, é hora de ir para as mídias sociais, para as escolas, para os meios de comunicação presentes em seu município, e divulgar esse material.

Ao compartilhar o conteúdo nas mídias sociais, sugere-se o uso das *hashtags* #InternetSemVacilo e #SeloUNICEF.

4.1.3 – AÇÃO A SER REALIZADA JUNTO À GESTÃO MUNICIPAL

Juntamente com o(a) mobilizador(a) de adolescentes de seu município, o núcleo de adolescentes pode agendar uma reunião com o(a) representante da gestão municipal responsável pelo acesso gratuito à internet nas escolas, para avaliar como esse acesso tem sido utilizado em seu município em favor da melhoria da qualidade da educação. Se não houver escolas com acesso gratuito à internet em seu município, o grupo pode aproveitar para dialogar sobre como o município pretende buscar soluções para garantir esse direito a professores e estudantes.

ATIVIDADE 4.2 IDENTIFICAR E DIVULGAR REDES, GRUPOS E INSTITUIÇÕES DE APOIO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE SOFREM AMEAÇAS OU VIOLAÇÃO DE DIREITOS NA INTERNET

4.2.1 – AÇÃO A SER REALIZADA COM O NÚCLEO DE ADOLESCENTES

O(A) mobilizador(a) de adolescentes pode convidar o núcleo de adolescentes a fazer uma lista de pessoas, sites, blogs, materiais que ensinam como se defender diante de situações como mensagens de ódio, intolerância, preconceito ou outros comportamentos nocivos que ocorrem na internet.

O núcleo de adolescentes pode convidar pessoas que contribuam para o desenvolvimento de habilidades digitais, desenvolvendo redes de apoio para adolescentes e jovens, com possível participação de professores(as) ou outros adultos de referência que possam ajudar a criar soluções para situações de risco na internet.

Além disso, sugere-se convidar também os chamados “influenciadores digitais” – pessoas que criaram um perfil, uma página ou um canal nas mídias sociais para divulgar suas ideias, formando uma audiência cativa ou um grupo fiel de seguidores. Por meio das mídias sociais, essas pessoas acabam influenciando a maneira como pensamos e nos comportamos. Faça um mapeamento desses(as) influenciadores(as) e peça que ajudem a divulgar as mensagens de seu núcleo.

Como resultado desse diálogo, o núcleo de adolescentes pode elaborar um cartaz com as dez atitudes mais importantes para se proteger na internet, e a quem recorrer quando se vivencia uma situação de risco.

4.2.2 – AÇÃO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Uma vez elaborado o cartaz sobre as dez atitudes mais importantes para se proteger na internet, o núcleo pode buscar apoio para reproduzi-lo e distribuí-lo em escolas, centros de saúde, Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e outros locais públicos, e também a “influenciadores digitais”.

Uma cópia digital do cartaz na forma de banner pode ser postada nas mídias sociais e compartilhada em diferentes meios. O importante é fazer a mensagem chegar ao maior número possível de pessoas da sua cidade e da sua região.

4.2.3 – AÇÃO A SER REALIZADA COM A GESTÃO MUNICIPAL

Com apoio do(a) mobilizador(a), o núcleo de adolescentes pode propor à Secretaria de Educação que defina um dia de reflexão nas escolas sobre a utilização segura da internet por adolescentes, usando como base as informações sistematizadas para elaborar o cartaz das dez atitudes mais importantes para se proteger na internet.

MATERIAIS DE REFERÊNCIA DO DESAFIO 4:

Canal de Denúncia da SaferNet: recebe denúncias anônimas de crimes e violações dos Direitos Humanos na internet:

www.denuncie.org.br

Canal de Ajuda da SaferNet: atendimento sigiloso orienta sobre crimes e violações dos Direitos Humanos na internet:

www.helpline.org.br

Vídeos da campanha #InternetSemVacio com os youtubers Pyong Lee e Jout Jout:

Sobre cyberbullying/sexting: [clique aqui](#) ou veja no cartão do(a) mobilizador(a) de adolescentes.

Sobre privacidade: [clique aqui](#) ou veja no cartão do(a) mobilizador(a) de adolescentes.

Sobre relacionamentos on-line: [clique aqui](#) ou veja no cartão do(a) mobilizador(a) de adolescentes.

Sobre busca de informações com segurança: [clique aqui](#) ou veja no cartão do(a) mobilizador(a) de adolescentes.

Sobre preconceito e intolerância: [clique aqui](#) ou veja no cartão do(a) mobilizador(a) de adolescentes.

Teste para saber qual é o seu perfil nas mídias sociais: [clique aqui](#).



DESAFIO 5

Promover a educação para a cidadania democrática

#PartiuMudar

CONTEÚDO A SER DESENVOLVIDO

“Não compre pela embalagem, sem saber o que contém...”

(Trecho do funk “Sai de cima do muro”, de MC Garden)

Nem tudo o que parece é. Nem jovem alienado, nem política suja. O trecho da letra de Lucas Rocha Silva, 19 anos, morador da zona sul de São Paulo, mais conhecido como MC Garden, escancara a desconfiança estabelecida hoje no Brasil em relação aos jovens e à política. “Sai de cima do muro” explodiu nas mídias sociais, na esteira dos protestos nas grandes cidades brasileiras por transporte barato e de qualidade.

O sucesso da letra fez de MC Garden um expoente do chamado *funk* consciente, depois do *funk* pancadão, do *funk* proibidão e do *funk* ostentação. Escrevendo músicas com base em suas vivências cotidianas nas periferias, os funkeiros conscientes denunciam mazelas e contradições nas áreas da saúde, da educação, do transporte, da segurança, que conhecem muito bem.

Mas como entender que os(as) jovens possam ter tanto a dizer sobre as políticas públicas e sobre o comportamento dos políticos, e, ao mesmo tempo, não enxerguem no voto uma oportunidade? São perguntas fundamentais para o presente e o futuro da democracia brasileira. Nesse cenário, são vitais todos os esforços de promoção de uma

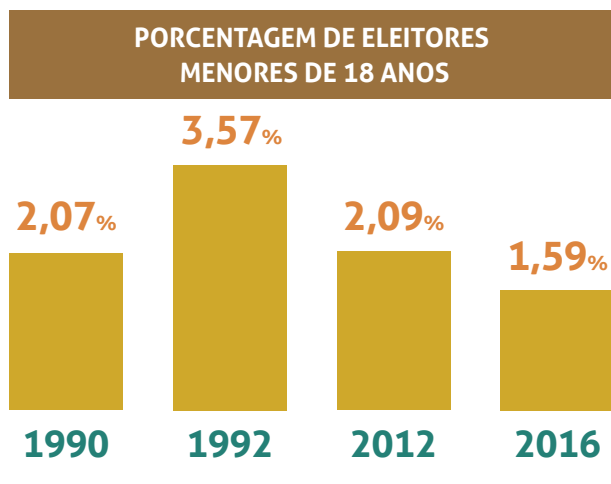
educação cidadã, calcada no exercício consciente do voto, mas cujo alcance e cujas manifestações vão muito além dele.

No Brasil, o voto é obrigatório para quem tem mais de 18 e menos de 70 anos de idade. Antes da Constituição de 1988, adolescentes com menos de 18 anos não podiam votar. Essa foi uma das bandeiras do movimento estudantil brasileiro na década de 80. Por meio de uma grande mobilização para pressionar a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988 a garantir o direito ao voto facultativo a jovens a partir dos 16 anos, 600 jovens lotaram as galerias do Congresso Nacional, cantaram o Hino Nacional e comemoraram a aprovação do voto facultativo para adolescentes de 16 e 17 anos de idade, pela primeira vez na história do país, por 355 a favor, 98 contra e 38 abstenções. Eufóricos, eles gritaram: “Chegou a nossa vez, voto aos 16!”.

Em agosto de 1988, uma emenda supressiva propôs acabar com o voto facultativo para os(as) jovens de 16 e 17 anos, apresentada em nome daqueles que viam como algo “perigoso” colocar “nas mãos de crianças” os destinos da nação. A proposta foi derrotada em caráter definitivo, confirmando o direito de adolescentes ao voto facultativo na Constituição de 1988.

Em agosto de 1989, formaram-se filas em todo o país para o cadastramento eleitoral de jovens de 16 e 17 anos, ansiosos(as) por votar na primeira eleição presidencial realizada em mais de 20 anos no Brasil. Em 1990, o número total de eleitores e eleitoras menores de 18 anos no país foi superior a 2,9

milhões, representando 2,07% do eleitorado nacional; em 1992, chegou a 3,2 milhões, ou 3,57% do total. Em 2012, nas eleições municipais, eleitores e eleitoras com 16 e 17 anos representavam 2,09% do número total de brasileiros e brasileiras aptos a votar; em 2016, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), foram apenas 1,59% desse total.



Como reverter essa tendência de não participação sobre as decisões que afetam a vida de todos(as) os(as) brasileiros(as)? Você acompanha as candidatas e os candidatos eleitos para verificar se estão cumprindo suas promessas de campanha? Nas próximas eleições, que tipos de propostas você vai valorizar em cada candidato(a)? E como vai conseguir informação de qualidade e confiável sobre as propostas de cada um(a)? Como vai distinguir notícias falsas das verdadeiras no próximo jogo eleitoral?

Essas perguntas podem estimular um debate sobre a importância de desenvolver algumas habilidades para participar da vida democrática no país: pensamento crítico, busca por informações confiáveis em diversas fontes, identificação de temas importantes para o desenvolvimento da sua região são algumas delas.

Mas é importante lembrar que não é só durante as eleições que se pode participar da vida democrática. A chamada “política do cotidiano”, ou seja, as decisões coletivas para a melhoria do lugar onde você mora ou estuda, são tão importantes quanto a escolha dos seus representantes políticos. Na escola, por exemplo, você já deu sua opinião sobre o projeto político pedagógico? Ou sobre a possível construção de um jardim ou de uma quadra de

esportes? E em seu bairro, haveria a possibilidade de instalar um processo de coleta seletiva do lixo? Tudo isso é fazer política. E você pode liderar ações como essas, ou participar delas.

Outra atitude fundamental entre uma eleição e outra é identificar quais os problemas que mais afetam o lugar onde você vive e reivindicar melhorias para as pessoas mais necessitadas. Isso pode acontecer em audiências públicas ou reuniões mais informais com profissionais responsáveis pelas políticas públicas. Por exemplo, se em sua região um dos problemas que mais afetam a população é o abandono escolar, um grupo de jovens pode solicitar uma audiência com o(a) Secretário(a) de Educação do município para discutir caminhos para uma solução. Esse é apenas um exemplo de como é possível participar da vida política e desenvolver a habilidade de tomar decisões sobre a vida coletiva.

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS PELOS NÚCLEOS DE ADOLESCENTES

ATIVIDADE 5.1

FORTALECER A PARTICIPAÇÃO DE ADOLESCENTES NO PROCESSO ELEITORAL

5.1.1 – AÇÃO A SER REALIZADA COM O NÚCLEO DE ADOLESCENTES

Para que o núcleo de adolescentes pense sobre a participação de adolescentes de 16 e 17 anos de idade no processo eleitoral por meio do voto, propõe-se a realização de uma oficina que comece com a apresentação dos materiais da Campanha Jovem Eleitor, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), disponíveis nos materiais de referência ao final deste Desafio.

Em seguida, sugere-se que seja realizada uma roda de conversa sobre participação política, conduzida por meio das seguintes perguntas norteadoras:

- Em que esferas você participa das decisões sobre o que acontece com a coletividade? Na família, na escola, na comunidade, em grupos de teatro, em grupos religiosos?
- Em que informações você se baseia para tomar decisões? Quais são as suas principais fontes de informação? Mídias sociais? Televisão? Portais de

notícias? Como você identifica se uma notícia é falsa ou verdadeira? Como a disseminação de notícias – falsas e verdadeiras – influenciam as pessoas no momento de votar?

- Atualmente, quase todas as pessoas costumam emitir suas opiniões sobre fatos políticos nas mídias sociais. A liberdade de expressão é fundamental para a democracia. Entretanto, nem todas têm motivação para votar, embora o voto seja um exercício em que é possível expressar a sua opinião e sua decisão. Por que você acha que isso acontece no Brasil? E como seria possível motivar os(as) adolescentes de 16 e 17 anos para exercer o direito ao voto facultativo (não obrigatório)?
- As pessoas com 16 e 17 anos do grupo já tiraram título de eleitor? Se sim, como foi? Se não, sabem como fazer para emitir o documento que permite votar nas eleições?

Sugere-se que o grupo pesquise em conjunto quais os passos do cadastramento eleitoral para tirar o título de eleitor: onde e quando, quais os documentos necessários, em quanto tempo fica pronto etc.

5.1.2 – AÇÃO A SER REALIZADA COM A GESTÃO MUNICIPAL

Uma comissão do núcleo de adolescentes pode abordar a prefeitura, com apoio do(a) mobilizador(a) de adolescentes e jovens e do(a) articulador(a) do Selo UNICEF, para solicitar apoio para a realização da ação de mobilização social descrita a seguir. O apoio da prefeitura será importante para acionar o Tribunal Regional Eleitoral mais próximo, e facilitar a divulgação de informações para adolescentes que têm interesse em tirar o título.

5.1.3 – AÇÃO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Propõe-se que os(as) integrantes do núcleo de adolescentes realizem uma campanha no município para estimular jovens de 16 e 17 anos a tirar o título de eleitor e a participar do processo eleitoral por meio do voto. Para isso, podem se organizar em pequenos grupos, cada qual com uma tarefa:

Grupo 1: Tirar o título de eleitor e registrar todo o processo em vídeos feitos com o celular, explicando o passo a passo e avaliando

as dificuldades ou facilidades para fazer o alistamento eleitoral. O processo pode ser compartilhado nas mídias sociais com a hashtag #PartiuMudar.

Grupo 2: Produzir peças de comunicação estimulando adolescentes a fazer o alistamento eleitoral: cartazes, cards para as mídias sociais, memes, gifs, vídeos, spots de rádio etc.

Grupo 3: Mapear possíveis parcerias para a implementação da campanha: rádios comunitárias, escolas, associações comunitárias etc.

Grupo 4: Organizar ações presenciais com adolescentes do município sobre a importância do voto, por meio de rodas de conversa, debates, palestras nas escolas, eleições simuladas nas escolas etc. Para inspirar as possíveis ações a serem realizadas, sugere-se consultar os dois documentos disponíveis no site #PartiuMudar. São eles:

- O material de sistematização do projeto Eleitor do Futuro, uma ação da Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral (EJE/TSE), adotado também pelas EJEs de todo o país. Com essa iniciativa, os(as) estudantes vivenciam diferentes etapas do processo eleitoral, como a formulação do calendário eleitoral, a simulação das eleições e a diplomação dos eleitos. Esta publicação resume a metodologia do Eleitor do Futuro em diversos estados brasileiros.
- O Guia do Professor: material que fomenta a educação para a cidadania. Fruto de uma parceria entre a Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral e o UNICEF, o projeto Educação para a Cidadania no Ensino Médio tem como objetivo capacitar jovens para o exercício da cidadania e da democracia no processo eleitoral brasileiro.

Veja nos materiais de referência deste Desafio.

Grupo 5: Realizar uma campanha para que adolescentes de 16 e 17 anos do município tirem o título de eleitor.

ATIVIDADE 5.2

FORTALECER A LIDERANÇA DE MENINAS

5.2.1 – AÇÃO A SER REALIZADA COM O NÚCLEO DE ADOLESCENTES

Propõe-se uma roda de conversa para gerar reflexão sobre a baixa participação de meninas e mulheres em espaços de tomada de decisão, com base nos seguintes materiais:

- Campanha “Mulher na Política”, lançada pelo TSE em 2016. A campanha dispõe de vídeo e áudio que podem ser compartilhados na roda de adolescentes para comentários. Veja nos materiais de referência deste Desafio.
- O site “Politize-se” traz uma matéria explicando os porquês da baixa participação da mulher na política brasileira. Trechos do texto estão disponíveis nos materiais de referência deste Desafio.

Após a leitura do texto indicado, propõe-se que o núcleo de adolescentes reflita sobre como esses dados da baixa participação da mulher na política se refletem em seu cotidiano, elencando possíveis motivos presentes em nossa sociedade que dificultam sua participação em fóruns de tomada de decisão ou liderança:

- A forma como as meninas são criadas interfere em seu comportamento, no hábito de hesitar antes de emitir uma opinião em público e expor suas ideias?
- Na escola, as meninas costumam dar opinião em sala de aula? Participam de grêmios e associações de estudantes?
- Na família, as opiniões das meninas e dos meninos, dos homens e das mulheres têm o mesmo valor? Como as mulheres costumam agir para fazer valer sua opinião?

Para finalizar, propõe-se que um grupo de adolescentes conduza uma campanha para aumentar a participação de meninas em espaços de decisão e liderança. Quem poderia ajudar? Que mensagens centrais teria essa campanha? Como as mensagens poderiam ser transmitidas para adolescentes em geral (vídeos, memes, programas de rádio etc.)?

5.2.2 – AÇÃO A SER REALIZADA COM A GESTÃO MUNICIPAL

Como apoiado(a) articulador(a) do Selo UNICEF, propõe-se a organização de uma audiência pública na Câmara de Vereadores sobre o papel de meninas e mulheres em posições de liderança, com a participação de mulheres e meninas que sejam referência no município.

5.2.3 – AÇÃO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Uma comissão do núcleo de adolescentes pode definir qual o perfil das mulheres a serem convidadas para o evento, fazer o convite, divulgar a audiência pública nas escolas para garantir que outros(as) adolescentes participem do debate.

MATERIAIS DE REFERÊNCIA DO DESAFIO 5:

Matéria do portal do TSE com histórico da participação de adolescentes no processo eleitoral (2017): aborda a participação dos jovens na política com vistas ao fortalecimento da democracia: [clique aqui](#) ou veja no cartão do(a) mobilizador(a) de adolescentes.

Campanha Jovem Eleitor (2017): série de vídeos têm o objetivo de fomentar o aprendizado e o exercício da cidadania: [clique aqui](#) ou veja no cartão do(a) mobilizador(a) de adolescentes.

Eleitor do futuro (2017): publicação do TSE e do UNICEF traz registro das experiências do projeto Eleitor do Futuro entre 2003 e 2016: [clique aqui](#) ou veja no cartão do(a) mobilizador(a) de adolescentes.

Educação para a Cidadania Democrática (2017): material do TSE e do UNICEF destinado a professores apresenta propostas de atividades pedagógicas sobre cidadania e participação política: [clique aqui](#) ou veja no cartão do(a) mobilizador(a) de adolescentes.

Criativos na Escola: material de apoio para implementação do programa Criativos na Escola, do Instituto Alana, traz sugestões de atividades e ferramentas para envolver e estimular educandos e educadores a engajar-se em ações para

melhorar suas escolas e suas comunidades. O Desafio Criativos da Escola dá prêmios a projetos realizados por crianças e adolescentes de todo o país: [clique aqui](#) ou veja no cartão do(a) mobilizador(a) de adolescentes.

Campanha "Mulher na Política" (2016): textos e vídeos do TSE abordam a importância do engajamento das mulheres na vida política: [clique aqui](#) ou veja no cartão do(a) mobilizador(a) de adolescentes.

Vídeo: [clique aqui](#) ou veja no cartão do(a) mobilizador(a) de adolescentes.

"Participação das mulheres na política brasileira" (2017): matéria do site "Politize-se" analisa dados sobre a participação das mulheres na política brasileira: [clique aqui](#) ou veja trechos do texto a seguir.

Trechos do texto disponível no site Politize-se sobre participação das mulheres na política.

"Entre os especialistas, o nível de participação de mulheres no Poder Legislativo é um indicador confiável do grau de amadurecimento das democracias: quanto mais mulheres no governo, mais igualitário tende a ser aquele país – ou, pelo menos, mais preocupados os governos estão em reduzir as diferenças entre homens e mulheres."

"Se há um equilíbrio entre homens e mulheres no parlamento, isso significa que ele também se reflete no ambiente doméstico e no setor privado. Em outras palavras, sociedades com grande participação feminina no Congresso são, em geral, países em que as mulheres conseguem equilibrar sua vida profissional e pessoal de forma a ainda conseguir tempo para fazer política e, o que é mais importante, fazer suas ideias serem ouvidas e aceitas pelos demais cidadãos."

"No Brasil, pouco mais de 10% dos deputados federais são mulheres. Por que nós, brasileiros, damos poucos votos para mulheres? É provável que exista uma questão cultural, ligada a

preconceito e discriminação. Responsabilidades muito maiores (muitas vezes sem contar com qualquer colaboração masculina) na criação da família e nos afazeres domésticos, barreiras no mercado de trabalho e o preconceito impedem que as mulheres pratiquem a política e sejam ouvidas da mesma maneira que os homens."

"Há um fator institucional que dificulta a chegada ao poder das mulheres. Essa barreira institucional tem origem tanto na legislação eleitoral, quanto nas relações de poder no âmbito dos partidos políticos brasileiros. Nas últimas eleições municipais de 2016, 18.244 candidatas não ganharam um voto sequer. Isso representa 12,5% de todas as mulheres inscritas para disputar a eleição. Tudo bem que parte delas pode ter desistido de fazer campanha, ou morrido durante o período eleitoral. Ainda assim, o número parece bastante alto, não? Em comparação, apenas 2,6% dos candidatos homens não tiveram votos, quase um quinto do patamar verificado com as mulheres. [Isso] é sinal evidente de que os partidos políticos, em seus diretórios municipais, praticam fraude inscrevendo mulheres apenas para atender à exigência legal de ter 30% de suas vagas destinadas para o sexo feminino. Tanto é assim que o TSE afirmou que iria investigar esses casos"

"Outra evidência de como as práticas dos partidos não amparam as mulheres está na distribuição do dinheiro para as campanhas eleitorais. Com diretórios historicamente dominados por homens, fica a cargo deles a distribuição do dinheiro – e as mulheres acabam sendo preteridas, reproduzindo nos partidos as práticas discriminatórias de nosso dia a dia. No Brasil, dinheiro traz voto. Como as mulheres não têm acesso ao dinheiro dos partidos, fica mais difícil ainda para elas fazer com que suas ideias sejam ouvidas pelos eleitores. O resultado disso é menos votos e menos cargos eletivos conquistados"

Fonte: <http://www.politize.com.br/participacao-das-mulheres-na-politica-brasileira/>

DESAFIO 6

Promover a inclusão escolar e a troca de saberes

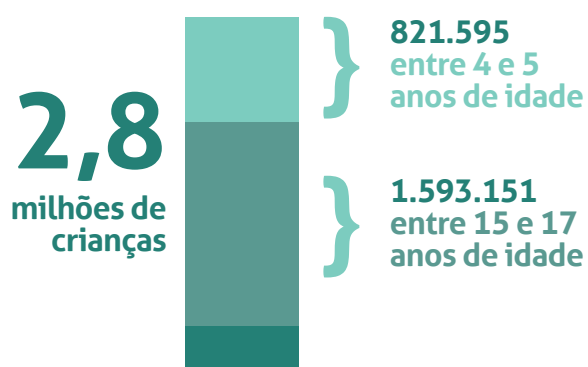
Fora da Escola Não Pode!

CONTEÚDO A SER DESENVOLVIDO

É preciso encontrar e trazer para a escola os 2,8 milhões de crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos de idade que não estão estudando. Essa é a quantidade de meninos e meninas que não têm direito à educação, segundo a PNAD 2015. Encontrar crianças e adolescentes que não frequentam as aulas, retirá-los de um contexto de exclusão e trazê-los para a escola só é possível por meio de uma ação que envolva diferentes áreas – educação, saúde, assistência social – e diferentes instituições – governo, sociedade civil e adolescentes, que vivenciam os desafios para permanecer na escola, aprender e se desenvolver.

Para enfrentar a exclusão escolar, é preciso entender quem são os meninos e as meninas que estão fora da escola e os motivos que os(as) afastaram da sala de aula. A exclusão é maior entre as crianças de 4 e 5 anos de idade, que deveriam estar matriculadas na Educação Infantil (821.595 fora da escola), e os(as) adolescentes de 15 a 17 anos, que deveriam frequentar o Ensino Médio (1.593.151 excluídos).

OS NÚMEROS DA EXCLUSÃO ESCOLAR



Nessa faixa da adolescência, muitos nem chegam a concluir o Ensino Fundamental. De acordo com o Censo Escolar 2016, o Brasil apresenta uma taxa de 12% de distorção idade-série para os anos iniciais do Ensino Fundamental e de 26% para os anos finais dessa etapa da educação – ou seja, um em cada cinco estudantes que já deveriam estar no Ensino Médio continua matriculado no Ensino Fundamental. No Ensino Médio, essa taxa de distorção chega a 28% – ou seja, quase três em cada dez estudantes dessa etapa de ensino apresentam dois ou mais anos de atraso escolar. Tanto pelos números absolutos quanto pelas causas que levam esses(as) adolescentes a estar fora da escola, essa faixa etária requer grande atenção: na transição para a vida adulta, sem ter realizado seu direito à educação, muitas dessas pessoas ingressam no mundo do trabalho em condições precárias.

Por que não estão na escola? Os motivos são diversos e incluem barreiras socioculturais, como discriminação racial, preconceito, bullying, homofobia e transfobia, exposição à violência e gravidez na adolescência, entre outras questões. Outras razões estão ligadas a barreiras econômicas, como a pobreza, que inclui o trabalho infantil e outras privações de direitos. Entram na lista também problemas relacionados ao abuso e à exploração sexual. Entre as barreiras relacionadas à oferta educacional estão a oferta de conteúdos desconectados da realidade dos alunos, a falta de valorização dos profissionais da educação, o número insuficiente de escolas, a falta de acessibilidade para estudantes com deficiência, e

condições precárias de infraestrutura e de transporte escolar. As barreiras políticas, financeiras e técnicas tratam da insuficiência de recursos destinados à educação pública brasileira.

Superar cada uma dessas barreiras depende de um compromisso de todas as pessoas. Os(As) adolescentes podem contribuir para mobilizar suas escolas no enfrentamento da exclusão escolar deixando claro para os responsáveis quais as situações que os fizeram parar de estudar e que condições permitiriam que voltassem para a sala de aula. As escolas podem estar mais alertas sobre crianças e adolescentes que começam a faltar às aulas, e investir em um trabalho preventivo para evitar o abandono e o fracasso escolar. Além disso, as escolas sob coordenação da Secretaria de Educação podem abrir as portas para adolescentes que saíram da escola, para que construam juntos os caminhos para seu retorno à sala de aula.

Fonte: Publicação Cenários da exclusão escolar no Brasil (UNICEF, 2017).

Para saber mais, confira os materiais de referência ao final deste Desafio.

INSPIRAÇÃO – O projeto Virada Educação, realizado inicialmente em São Paulo, em 2014, e disseminado por diversos municípios brasileiros, tem mostrado como é possível repensar os territórios sob a perspectiva da educação, e assim contribuir para superar o grande desafio da exclusão escolar. A iniciativa, criada pelo coletivo Movimento Entusiasmo, consiste em definir uma série de ações para estimular um olhar educador, valorizando o potencial do território. O projeto é realizado com escolas públicas, espaços culturais e outros apoiadores, e requer alguns meses de preparação no território, buscando parcerias, mapeando interesses e talentos, para então organizar um ou mais dias de celebração, repletos de atividades para ocupar os territórios criativamente. As ações são organizadas em quatro categorias:

1. Diálogos – rodas de conversa para aproximar a escuta sobre questões essenciais da educação;

2. Exibições – filmes, teatro, fotografia, música e muito mais;

3. Intervenções – ações artísticas capazes de mobilizar e provocar a reflexão entre participantes;

4. Trilhas e oficinas – atividades que promovem o aprendizado por meio de situações práticas e conectadas ao território.

Após a celebração, o território passa a contar com mais conhecimento sobre as trajetórias educativas presentes, o que pode ser utilizado para promover mudanças mais sustentáveis na educação, valorizando os saberes locais e propondo mudanças com o engajamento de gestores(as) de políticas públicas.

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS PELOS NÚCLEOS DE ADOLESCENTES

ATIVIDADE 6.1.

PROMOVER A VIRADA EDUCAÇÃO

6.1.1 – AÇÃO A SER REALIZADA COM O NÚCLEO DE ADOLESCENTES

Após conhecer os dados da exclusão escolar no Brasil, para que os(as) integrantes do núcleo conheçam e se inspirem com a possibilidade de ampliar os territórios educativos de seu município, propõe-se uma sessão de vídeos e de leitura do passo a passo da Virada Educação, seguida de um debate sobre como seria possível adaptar essa ação para o seu município.

O passo a passo da Virada Educação foi registrado em um manual para inspirar outras Viradas pelo Brasil. Trechos ou o trailer do filme “Nunca me sonharam” também podem ser exibidos para inspirar o grupo. Veja nos materiais de referência deste Desafio.

6.1.2 – AÇÃO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Os(As) adolescentes podem mapear na comunidade as pessoas ou instituições que podem apoiá-los(as) na Virada Educação, buscando parcerias para:

- Identificar um local onde possam acontecer oficinas, exibição de vídeo, oficinas artísticas,

esportivas, pedagógicas, entre outras atividades. Esse local pode ser uma escola, um galpão ou uma praça, por exemplo. Os(As) adolescentes podem então, com o apoio do(a) mobilizador(a), conversar com pessoas responsáveis pelo espaço e organizar como funcionaria sua ocupação durante um ou dois dias de celebração.

- Mapear pessoas de diferentes perfis e idades que poderiam compartilhar seus diversos saberes em oficinas, apresentações e outras atividades, verificando a composição do município por territórios educativos que podem ser desconhecidos para muita gente, e convidar essas pessoas a conduzir as atividades nos dias de celebração dos saberes.
- Definir no grupo de adolescentes quem poderia conduzir uma roda de conversa sobre retorno escolar com adolescentes que saíram da escola, ou que já pensaram em sair (por diversos motivos), a ser realizada nos dias de celebração dos saberes. Na roda, os(as) participantes podem responder a duas perguntas:
- Por que você está fora da escola, ou corre o risco de sair?
- O que faria você voltar para a escola ou permanecer estudando?

Também é possível pensar em outros chamados para abordar a conversa sobre retorno escolar – por exemplo, convidar jovens que estão fora da escola para um diálogo sobre sonhos, para conversar sobre o que imaginam para seu futuro, e nessa conversa abordar o tema dos porquês de não estar na escola e sobre a possibilidade de voltar.

- Definir uma pessoa responsável para fazer o relatório com as respostas dos(as) participantes da roda de conversa.
- Ao fazer o mapeamento na comunidade, identificar adolescentes e jovens que saíram da escola ou correm o risco de sair, ou ainda que já pensaram em sair e convidá-los(as) para as rodas de conversa.

- Divulgar a ideia da Virada Educação no município, convidando adolescentes, jovens e outras pessoas para participar. Sugere-se o uso de comunicação comunitária (rádio, cartazes, panfletos) e das mídias sociais para convocar as pessoas.
- Realizar um ou dois dias de celebração com oficinas, apresentações culturais, campeonatos esportivos e a roda de conversa sobre retorno escolar, garantindo registros em foto, vídeo e relatórios. Também podem ser aproveitadas no relatório pequenas entrevistas com os(as) participantes.
- Atentar, quando da organização da atividade, para que esta seja uma ação inclusiva, que respeite e considere a diversidade humana. Por exemplo, pensar em espaços que sejam acessíveis a cadeirantes, considerar a representação de meninas e meninos, de crianças e adolescentes que vivem em comunidades mais afastadas, indígenas, quilombolas, entre outros grupos populacionais.

6.1.3 – AÇÃO A SER REALIZADA COM A GESTÃO MUNICIPAL

Os relatórios das rodas de conversa sobre retorno escolar podem ser organizados em diálogo com o(a) articulador(a) do Selo UNICEF no município, e apresentados à Secretaria de Educação. Os relatórios reunirão informações preciosas sobre os motivos da exclusão escolar no município. As pessoas responsáveis pela gestão da área de educação podem utilizar essas informações para traçar uma estratégia de retorno à escola, em colaboração com os(as) adolescentes, considerando as diferentes motivações: gravidez, necessidade de conciliar escola e trabalho, discriminação, violência no entorno ou local de moradia etc.

ATIVIDADE 6.2. CONTRIBUIR PARA A BUSCA ATIVA ESCOLAR

6.2.1 – AÇÃO A SER REALIZADA COM O NÚCLEO DE ADOLESCENTES

Após conhecer a realidade da exclusão escolar, com dados descritos neste material, os(as) adolescentes do núcleo de cidadania podem fazer uma roda de conversa sobre a realidade da educação

em seu município. Para aquecer o debate, seguem sugestões de perguntas motivadoras:

- O que existe em sua escola que motiva você a permanecer estudando?
- Quais os desafios para você seguir firme nos estudos?
- Para quê a escola prepara você?
- Qual a importância de continuar estudando para o seu planejamento de futuro?
- Onde estão os(as) jovens que não puderam continuar estudando? Você os(as) conhece? Que histórias têm para contar?
- Os motivos para que meninos e meninas estejam fora da escola são diferentes? Quais são?

Em seguida, podem conhecer a iniciativa da Busca Ativa Escolar, uma plataforma gratuita para ajudar os municípios a combater a exclusão escolar, desenvolvida pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), o Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) e o Instituto TIM. A intenção é apoiar os governos na identificação, no registro, no controle e no acompanhamento de crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de evasão. Por meio da Busca Ativa Escolar, municípios e estados terão dados concretos que possibilitarão planejar, desenvolver e implementar políticas públicas que contribuam para a inclusão escolar. Confira nos materiais de referência deste Desafio.

6.2.2 – AÇÃO A SER REALIZADA COM A GESTÃO MUNICIPAL

É a prefeitura do município que deve aderir à Busca Ativa Escolar. Os(As) adolescentes do núcleo podem formar uma comissão que ficará responsável por uma reunião junto à prefeitura ou à Secretaria de Educação ou de Assistência Social, para propor que o município formalize sua adesão à Busca Ativa Escolar. Se o município já fizer parte da iniciativa, o grupo de adolescentes pode

combinar uma maneira de monitorar a implantação, e reforçar que os(as) integrantes do grupo conhecem por experiência própria os motivos da exclusão escolar, conforme ficou comprovado com os relatórios das rodas de conversa. O(A) articulador(a) do Selo UNICEF pode ajudar a fazer essa ponte entre a comissão de adolescentes e a gestão municipal.

6.2.3 – AÇÃO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Após a reunião com gestores(as) de políticas públicas sobre a Busca Ativa Escolar, os(as) adolescentes do município podem acompanhar as ações, divulgando a iniciativa em sua comunidade, para garantir a colaboração de diferentes pessoas e instituições – líderes religiosos, associações de bairro, artistas etc. Para isso, podem utilizar a comunicação comunitária (cartazes, vídeos, rádio) e as mídias sociais. O mais bacana vai ser contar com este apoio para mobilizar todo o município a entender que o lugar de criança e de adolescente é na escola! E que não podemos, sob nenhuma hipótese, tornar o fracasso escolar algo natural!

MATERIAIS DE REFERÊNCIA DO DESAFIO 6:

Cenários da exclusão escolar no Brasil

(2017): documento do UNICEF apresenta a situação da exclusão escolar no Brasil com base na Pnad 2015, e a estratégia Busca Ativa Escolar como possibilidade de enfrentamento do problema: [clique aqui](#) ou veja no cartão do(a) mobilizador(a) de adolescentes.

Dez Desafios do Ensino Médio no Brasil

(2014): estudo do UNICEF aborda os principais desafios do Ensino Médio, entre os quais a dificuldade de conciliar trabalho e estudo: [clique aqui](#) ou veja no cartão do(a) mobilizador(a) de adolescentes.

“Nunca me sonharam” (2017): documentário dirigido por Cacau Rhoden, com 1h24min de duração, aborda os desafios do presente, as expectativas para o futuro e os sonhos de quem vive a realidade do Ensino Médio

nas escolas públicas do Brasil: [clique aqui](#) ou veja no cartão do(a) mobilizador(a) de adolescentes.

"Movimento Entusiasmo na Virada

Educação": livreto narra o processo da Virada Educação, projeto realizado em São Paulo em 2014: [clique aqui](#) ou veja no cartão do(a) mobilizador(a) de adolescentes.

Vídeos do projeto Virada

Educação (2014): Imagine Flauta e Violão: estudantes da Escola Oficina Pindorama apresentam-se com flauta, violão e percussão: [clique aqui](#) ou veja no cartão do(a) mobilizador(a) de adolescentes.

ConsolaDance: grupo de dança apresenta-se no Colégio Caetano de Campos: [clique aqui](#) ou veja no cartão do(a) mobilizador(a) de adolescentes.

Chamada 1: meninos e meninas da Escola Oficina Pindorama convidam para a Virada Educação: [clique aqui](#) ou veja no cartão do(a) mobilizador(a) de adolescentes.

Chamada 2: estudante convida para a Virada Educação: [clique aqui](#) ou veja no cartão do(a) mobilizador(a) de adolescentes.

Chamada 3: jovens da Escola Caetano de Campos convidam para a Virada Educação: [clique aqui](#) ou veja no cartão do(a) mobilizador(a) de adolescentes.

Site do projeto Virada Educação:

reúne materiais inspiradores sobre a implementação da iniciativa: [clique aqui](#).

Busca Ativa Escolar: vídeo traz informações sobre a iniciativa que visa o enfrentamento da exclusão escolar no Brasil: [clique aqui](#) ou veja no cartão do(a) mobilizador(a) de adolescentes.

DESAFIO 7

Promover o direito à saúde sexual e saúde reprodutiva

CONTEÚDO A SER DESENVOLVIDO

Não é nenhuma novidade: o corpo muda sem parar na adolescência. A cabeça também, o coração nem se fala, opiniões, amigos, referências e descobertas, inclusive sobre a própria sexualidade. Opa, podemos falar sobre isso?

Em nossa sociedade, não é muito comum que as famílias tenham abertura para discutir as primeiras sensações, dúvidas e angústias sobre relações afetivas, desejos e sentimentos.

Na escola, há quem guarde trauma das aulas de ciências em que apareciam ilustrações dos órgãos sexuais recheados de verruguinhas, feridas, relevos e cores que em nada se parecem com a nossa genitália. Outros têm a sorte de contar com aquele professor ou aquela professora mais amigável para abordar o tema de maneira natural – pois afinal, adolescentes, como todo ser humano, são seres sexuados. Na escola, também poderia haver espaço para discutir de quem é a responsabilidade de promover uma vida sexual saudável: como a sociedade enxerga o papel do adolescente e da adolescente, e como poderíamos agir para que essa responsabilidade fosse compartilhada de maneira equilibrada?

E os profissionais da saúde? Estariam abertos para orientar adolescentes, para que eles e elas desfrutem de sua sexualidade e a expressem sem riscos de infecções sexualmente transmissíveis, gestações não planejadas, coerção, violência e discriminação? Quem apoia adolescentes para que vivenciem a sua saúde sexual e saúde reprodutiva com informações

confiáveis que ajudam a tomar decisões? Onde as adolescentes e os adolescentes encontram informações sobre suas questões sexuais? Na internet e seu mundo sem filtros? Entre amigos? Na “vidaloka”?

Só para pontuar: saúde sexual vai muito além da genitália. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o conceito de saúde sexual integra elementos físicos, emocionais, intelectuais e sociais do ser sexual (todos nós) por meios que sejam positivamente enriquecedores e que potencializem a personalidade, a comunicação e o amor. Ou seja, a mensagem correta sobre saúde sexual é de vivência feliz, satisfatória e de respeito à individualidade de cada pessoa, valorizando as relações pessoais e a identidade. Caberia um papo assim em sala de aula?

Por outro lado, a saúde reprodutiva é a condição de bem-estar físico, mental e social relacionada com o sistema reprodutor, promovendo que as pessoas desfrutem de uma vida sexual satisfatória e segura.

Todo esse papo sobre *direitos sexuais e direitos reprodutivos* já foi reconhecido como Direitos Humanos, tanto em leis nacionais como em documentos internacionais, e indica a importância de aceitar a individualidade e a autonomia da população adolescente. Por exemplo, você sabia que adolescente tem, sim, direito a consulta em um posto de saúde sem acompanhamento?

E ter acesso a informação de qualidade e a oportunidades para o exercício dos direitos sexuais e direitos reprodutivos, sem discriminação, coerção ou violência, pode? Pode! É disso que tratam

os compromissos assumidos pelo Brasil durante a Conferência Internacional de Direitos Humanos (Viena, 1993), na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994), bem como nos princípios da Convenção para Erradicar, Sancionar e Punir a Violência Contra a Mulher (CEDAW, 1994). Faz tempo que os direitos foram conquistados. Agora temos que nos mobilizar para garantir que os direitos sexuais e direitos reprodutivos (DSR) recebam cuidados e atenção especiais por parte das políticas públicas, pois no centro da afirmação desses direitos está o fortalecimento da autonomia e o empoderamento dos indivíduos.

Entre outros direitos, os(as) adolescentes têm:

- Direito de decidir, de forma livre e responsável, se querem ou não ter filhos, quantos filhos desejam ter, e em que momentos da vida desejam tê-los;
- Direito ao acesso à informação, a meios e técnicas para ter ou não ter filhos;
- Direito a exercer a sexualidade e a reprodução, livres de discriminação, imposição e violência;
- Direito ao sexo seguro para redução da gravidez e de infecções sexualmente transmissíveis (IST) e aids;
- Direito a serviços de saúde que garantam privacidade, sigilo e atendimento de qualidade atendimento desacompanhado dos pais ou responsáveis, sem discriminação;
- Direito a informação e a educação sexual e reprodutiva.

Fonte: Agenda Proteger e Cuidar de Adolescentes na Atenção Básica/Ministério da Saúde, 2017.

Para saber mais, confira os materiais de referência ao final deste Desafio.

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS PELOS NÚCLEOS DE ADOLESCENTES

ATIVIDADE 7.1

QUALIFICAR A DEMANDA POR SERVIÇOS DE SAÚDE PARA ADOLESCENTES COM FOCO NOS DIREITOS SEXUAIS E DIREITOS REPRODUTIVOS

7.1.1 – AÇÃO A SER REALIZADA COM O NÚCLEO DE ADOLESCENTES

Propõe-se que o núcleo de adolescentes participe de uma roda de conversa, buscando questionar:

- Onde conseguem informação sobre saúde sexual e saúde reprodutiva?
- Frequentam unidades básicas de saúde para acompanhar as mudanças da puberdade? Se sim, como foi o atendimento? Se não, quais as barreiras para utilizar esse serviço?
- Quais as fontes de informação mais confiáveis sobre o tema?
- O que poderia mudar para que adolescentes brasileiros tivessem mais acesso a seus direitos sexuais e saúde reprodutivos?
- Você conhece a Caderneta de Adolescente?

7.1.2 – AÇÃO A SER REALIZADA COM A GESTÃO MUNICIPAL

Sugere-se que seja formada uma comissão do núcleo de adolescentes para fazer uma visita a uma Unidade Básica de Saúde. Isso pode ser feito por meio de um diálogo inicial com a Secretaria de Saúde do município, por intermédio do(a) articulador(a) do Selo UNICEF.

A proposta da visita é contar com uma parceria para disseminar o conteúdo da Caderneta de Adolescente, por meio de uma ação de promoção da saúde sexual e saúde reprodutiva em que um(a) profissional da saúde vai ajudar o grupo a responder dúvidas de adolescentes sobre seus direitos nessa área. As perguntas serão coletadas de forma anônima por um grupo de adolescentes nas escolas, conforme descrito a seguir.

7.1.3 – AÇÃO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Escolha algumas escolas para realizar a seguinte atividade: instale uma urna na qual estudantes possam, anonimamente, colocar perguntas sobre saúde sexual e saúde reprodutiva. Depois de uma ou duas semanas, recolha a urna e responda às perguntas junto ao(a) profissional de saúde. Crie uma plataforma de divulgação de todas as perguntas e respostas para deixá-las visíveis no ambiente escolar e/ou nas mídias sociais.

ATIVIDADE 7.2: **PROMOVER A REFLEXÃO SOBRE GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA**

7.2.1 – AÇÃO A SER REALIZADA COM O NÚCLEO DE ADOLESCENTES

Para refletir sobre gravidez na adolescência e o direito à educação de forma divertida, propõe-se que o núcleo de adolescentes conheça a metodologia Entre Fraldas e Cadernos, desenvolvida pela BEMTV, uma ONG sediada no Rio de Janeiro, que criou um material para que estudantes pudessem fazer uma fotonovela sobre o tema na escola.

Vale lembrar que, embora todas as mães tenham direito de se afastar para garantir a amamentação do bebê, a gravidez na adolescência é uma das causas de abandono escolar. Infelizmente, esse benefício ou outro similar não é previsto – sequer pensado – no caso de adolescentes que tenham bebês enquanto estudam.

Um grupo de adolescentes pode se familiarizar sobre o tema e acessar o manual da BEMTV nos materiais de referência deste Desafio.

Esse manual é composto por um conjunto de fotonovelas (destinadas a estudantes), um Guia Metodológico voltado para professores, e cartazes sobre a relação gravidez x estudo, que devem ser espalhados na escola. O material é autoexplicativo, e tem por objetivo discutir o tema da gravidez na adolescência com gestores(as) educacionais, professores e adolescentes estudantes: o que fazer para prevenir, como proceder caso a maternidade já seja uma realidade.

7.2.2 – AÇÃO A SER REALIZADA COM A GESTÃO MUNICIPAL

Com apoio do(a) articulador(a) do Selo UNICEF, propõe-se que uma comissão de adolescentes se

reúna com a Secretaria de Educação a fim de propor a implementação da metodologia do projeto Entre Fraldas e Cadernos nas escolas.

7.2.3 – AÇÃO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Uma vez acordado com a Secretaria de Educação, propõe-se que os(as) adolescentes implementem a metodologia do projeto Entre Fraldas e Cadernos nas escolas, com apoio de um(a) professor(a) de referência e que, com outros(as) estudantes, desenvolvam as fotonovelas sobre gravidez na adolescência.

MATERIAIS DE REFERÊNCIA DO DESAFIO 7:

Agenda Proteger e Cuidar de Adolescentes na Atenção Básica:

material do Ministério da Saúde apoia gestões estaduais e municipais na ampliação do acesso e na qualificação da atenção à saúde de adolescentes: clique aqui ou veja no cartão do(a) mobilizador(a) de adolescentes.

Caderneta de Adolescente: material distribuído pelo Ministério da Saúde traz informações importantes sobre a saúde de adolescentes, incluindo gráficos de crescimento, instrumento de vigilância do desenvolvimento e tabelas para registros das vacinas aplicadas.

Caderneta do Menino: clique aqui ou veja no cartão do(a) mobilizador(a) de adolescentes.

Caderneta da Menina: clique aqui ou veja no cartão do(a) mobilizador(a) de adolescentes.

Rede de Adolescentes Promotores da Saúde (RAP): oferece informações sobre metodologia utilizada pela Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro para envolver adolescentes na promoção da saúde, com foco nos direitos sexuais e direitos reprodutivos: clique aqui.

Entre Fraldas e Cadernos: material desenvolvido pela Bem TV, em parceria com o UNICEF, visa a mobilização de estudantes para a produção de fotonovelas sobre gravidez na adolescência: [clique aqui](#) ou veja no cartão do(a) mobilizador(a) de adolescentes

DESAFIO 8

Promover práticas de enfrentamento ao racismo

CONTEÚDO A SER DESENVOLVIDO

Desde criança, aprendemos que a população brasileira tem diversas raízes culturais, é composta por diferentes cores, línguas e sotaques, e que seus costumes têm influência de países africanos, europeus, orientais e dos povos originários do Brasil – os indígenas. A combinação dessas características gerou diversas identidades, que compõem o povo brasileiro. Essa enorme diversidade é nossa grande riqueza. Mas então, por que nascer branco(a), negro(a) ou indígena determina se a pessoa terá mais ou menos acesso ao direito à educação, a proteção integral, esporte, lazer, saúde e convivência familiar e comunitária? Por que continuamos reproduzindo tanta desigualdade? Por que ainda acontece a discriminação racial? Por que não acessamos igualmente os direitos que são para todos e todas?

Os direitos de crianças e adolescentes foram criados para todos os meninos e todas as meninas do Brasil. No entanto, há enormes disparidades:

- A taxa de mortalidade infantil, que entre 1990 e 2015 caiu em 74,7% no país, não foi reduzida igualmente para crianças indígenas, cuja probabilidade de morrer antes de completar um ano de vida é duas vezes maior do que a de outras crianças (UN-IGME).
- 30,2% das crianças indígenas na Amazônia são afetadas por desnutrição crônica. A média do Brasil é 7% (Sisvan, 2016).
- Apenas 59,4% das crianças indígenas tinham

sido registradas em seu primeiro ano de vida (Censo Demográfico, 2010). Em 2014, a média do Brasil era de 99% (IBGE, 2014).

- A cada dia, 28 CRIANÇAS E ADOLESCENTES SÃO VÍTIMAS DE ASSASSINATO no Brasil. Essa estimativa foi feita pelo UNICEF no Brasil, com base em dados do Datasus (2015).
- Grupos indígenas apresentam altas taxas de suicídio entre jovens. A situação é atribuída à discriminação que enfrentam, e também a mudanças substanciais em seu entorno, com a expansão das cidades, a especulação fundiária, o avanço de algumas culturas sobre terras indígenas. Adolescentes indígenas muitas vezes sentem-se impotentes para mudar a situação de seus povos, ressentem-se da falta de perspectivas, sofrem traumas individuais e coletivos causados pela discriminação.
- Para adolescentes negros entre 12 e 18 anos de idade, o risco de morrer por homicídio é quase três vezes maior do que para adolescentes de cor branca na mesma faixa etária (Índice de Homicídios na Adolescência – IHA, 2014).
- 56% da população brasileira concorda com a afirmação de que “a morte violenta de um jovem negro choca menos a sociedade do que a morte de um jovem branco” (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR – e Senado Federal, 2012).

Assim como a diversidade, a desigualdade também

tem sido uma marca do Brasil. Esses números evidenciam o impacto que o racismo tem exercido sobre crianças e adolescentes, afetando a vida de todo o país, pois reforçam uma ideia equivocada de que negros, brancos e indígenas devem ocupar lugares diferentes na sociedade.

Para superar essa ideia, é preciso reconhecer que a diversidade não exclui; pelo contrário, integra e amplia conhecimentos diferentes para o desenvolvimento comum. Diversidade – ou, em outras palavras, “o diferente” – não é justificativa para a discriminação ou a prática do racismo que, por consequência, acaba negando acesso a serviços e direitos, gerando desigualdades. Para superar esta desigualdade racial, é preciso olhar com uma lupa que seja capaz de mostrar que, por exemplo, negros e indígenas não aparecem com a devida relevância nos livros infantis, na TV, nas revistas e na escola. E entender que essa falta de representatividade de alguns grupos étnico-raciais reforça a falsa ideia de que a cor da pele determina os papéis sociais das pessoas. Enfim, é preciso entender o racismo dessa forma, e reivindicar políticas públicas e ações sociais que afirmem e respeitem essas identidades diferentes, promovendo assim a equidade racial. Valorizar a diferença é promover igualdades.

Respostas propositivas

A história e a cultura afro-brasileira e africana no Brasil sempre foram ensinadas nas disciplinas de História sob o tema da escravidão negra africana, mas é fundamental repensar essa abordagem – que mesmo assim é frágil, considerando a grande contribuição nos povos africanos antes e após sua chegada ao Brasil. Para mostrar essa importância, foram criadas as leis 10.639 e 11.645, respectivamente em 2003 e 2008, tornando obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira, africana e indígena em todas as escolas, públicas e particulares, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Essas duas legislações, que alteram a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), regulamentam os conteúdos sobre a cultura e a história desses dois povos importantes, lembrando que ninguém é escravo, e sim escravizado; e que negros e indígenas são sujeitos da história, mostrando suas importantes contribuições intelectuais, científicas e de visão

do mundo (expressa nas religiões de matriz africana e indígena), além da música, da culinária, do esporte e da dança.

Como indicação de material didático para tratar desse conteúdo, vale a pena conhecer os livros, entrevistas, artigos e vídeos no portal A Cor da Cultura, disponíveis na lista de materiais de referência ao final deste Desafio.

A Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou o período entre 2015 a 2024 como a Década Internacional de Afrodescendentes. No Brasil, o Sistema ONU Brasil lançou em 2017, no Mês da Consciência Negra (novembro), a campanha nacional “Vidas Negras”, para chamar atenção sobre o problema da violência contra a juventude negra no país. Confira as peças da campanha nos materiais de referência deste Desafio.

O UNICEF desenvolveu e lançou em 2010, com diversos parceiros, a campanha “Por uma Infância sem Racismo”, que teve por objetivo fazer um alerta à sociedade sobre a necessidade de uma mobilização social que assegure o respeito e a igualdade étnico-racial desde a infância. A campanha é permanente, e o Embaixador do UNICEF no Brasil, Lázaro Ramos, é o protagonista. As mensagens e as peças de comunicação da campanha, assim como dicas para contribuir para uma infância sem racismo podem ser acessadas nos materiais de referência deste Desafio.

O GELEDÉS Instituto da Mulher Negra é uma organização da sociedade civil que se posiciona em defesa de mulheres e negros, por entender que esses dois segmentos sociais padecem de desvantagens e discriminações no acesso às oportunidades sociais em função do racismo e do sexismo vigentes na sociedade brasileira. Em seu portal, a entidade apresenta textos que promovem a reflexão sobre políticas voltadas à eliminação das desigualdades raciais, à promoção e à valorização da população negra, e à defesa dos direitos da mulher. Confira nos materiais de referência deste Desafio.

A Rede Nacional da Juventude Indígena (Rejuind) é uma rede virtual criada para facilitar o diálogo entre jovens indígenas de diversas etnias e regiões. Os

principais objetivos da Rejuind são informar e divulgar informações relevantes sobre marcos legais nacionais e internacionais de Direitos Humanos e Direitos dos Povos Indígenas, e disseminar conhecimentos que contribuam com iniciativas de jovens indígenas.

Já a Comissão Nacional de Juventude Indígena (CNJI) é um grupo formado por 30 jovens indígenas de diversas regiões e etnias, que procuram dialogar com gestores(as) de políticas públicas, organizações indígenas e indigenistas sobre temas de interesse da juventude indígena. O objetivo da CNJI é promover o empoderamento de jovens indígenas, para que contribuam no desenho e na implementação de políticas públicas.

Confira outras referências ao final deste Desafio.

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS PELOS NÚCLEOS DE ADOLESCENTES

ATIVIDADE 8.1 **CAMPANHA POR UMA INFÂNCIA SEM RACISMO EM SEU MUNICÍPIO**

8.1.1 – AÇÃO A SER REALIZADA COM O NÚCLEO DE ADOLESCENTES

Reúna integrantes do núcleo de adolescentes para assistir a alguns vídeos que questionam o racismo e para discutir a promoção da equidade racial no Brasil. Em seguida, promova uma roda de conversa sobre como a adolescência é impactada pelo racismo, e quais seriam as estratégias para fazer uma campanha contra o racismo em seu município.

Quem seriam os atores a serem mobilizados?

Que mensagens seria importante transmitir com essa campanha?

Como transmitir essas mensagens (por vídeos, memes, música, poesia etc.)?

Para inspirar essas ações, confira os materiais de referência ao final deste Desafio.

8.1.2 – AÇÃO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

A proposta desta atividade é criar em seu município

uma campanha “Por uma infância sem racismo”, elaborada e implementada por adolescentes, com base na realidade local e com muita expressão artística. A campanha pode incluir diversas ações, como exibição de vídeos, produção de vídeos feitos com celular, spots de rádio, esquetes teatrais, sa-raus, cartazes, com ampla mobilização comunitária na escola e em outros espaços, palestras, inclusive nas mídias sociais, proferidas, mediante convite, por figuras tradicionais no município ou na região, protetores das culturas indígenas e/ou negra.

8.1.3 – AÇÃO A SER REALIZADA COM A GESTÃO MUNICIPAL

Uma comissão do núcleo de adolescentes pode se reunir com o(a) Secretário(a) de Educação do município, por intermédio do(a) articulador(a) do Selo UNICEF, para discutir como estão sendo implementadas a Lei 10.639, de 2003, e a Lei 11.645, de 2008, que tornaram obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira, africana e indígena em todas as escolas, públicas e particulares, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, propondo maior acompanhamento em relação à sua implementação.

ATIVIDADE 8.2 **PRODUZIR CONTEÚDO SOBRE IDENTIDADE NEGRA OU INDÍGENA**

8.2.1 – AÇÃO A SER REALIZADA COM O NÚCLEO DE ADOLESCENTES

Com base no site das Blogueiras Negras (veja nos materiais de referência ao final deste Desafio), propõe-se que um grupo de adolescentes pesquise sobre os principais elementos que caracterizam a identidade das raças negra e indígena, sobre personagens negros ou indígenas que tenham se destacado na história do Brasil ou dos seus estados(as), sobre entrevistas com lideranças negras ou indígenas da sua região. Em seguida, sugere-se que os(as) adolescentes produzam conteúdo sobre a identidade negra e indígena na região, na forma de textos, vídeos, fotos etc.

8.2.2 – AÇÃO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Um grupo de adolescentes pode atuar na seleção do material e propor a realização de uma feira sobre identidade negra e/ou indígena, para mostrar as peças produzidas. O material pode estar disponível

também nas mídias sociais ou em um site na internet. O núcleo de adolescentes pode mobilizar parcerias para apoiar o evento, e convidar adolescentes do município a visitar o evento.

8.1.3 – AÇÃO A SER REALIZADA COM A GESTÃO MUNICIPAL

Com apoio do(a) articulador(a) do Selo UNICEF e do(a) mobilizador(a) de adolescentes, os(as) jovens podem propor uma audiência pública sobre identidade negra e indígena na Câmara de Vereadores, para promover um debate sobre ações de valorização da identidade negra e indígena na região.

MATERIAIS DE REFERÊNCIA DO DESAFIO 8:

A Cor da Cultura: portal de projeto educativo valoriza a cultura afro-brasileira, e é fruto de uma parceria entre Canal Futura, Petrobras, Cidan – Centro de Informação e Documentação do Artista Negro – , Ministério da Educação, Fundação Palmares, TV Globo e Seppir – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial: [clique aqui](#).

Campanha “Vidas Negras”: iniciativa das Nações Unidas aborda o problema da violência contra a juventude negra no país, para sensibilizar a sociedade e os(as) gestores(as) públicos. .

Site da campanha: [clique aqui](#) ou veja no cartão do(a) mobilizador(a) de adolescentes.

Vídeos da campanha: [clique aqui](#).

Campanha “Por uma Infância sem Racismo”: iniciativa do UNICEF e parceiros faz um alerta à sociedade sobre os impactos do racismo na infância e na adolescência, e sobre a necessidade de uma mobilização social que assegure o respeito e a igualdade étnico-racial desde a infância: [clique aqui](#) ou veja no cartão do(a) mobilizador(a) de adolescentes.

Dez dicas sobre como contribuir para uma infância sem racismo: material organizado pelo UNICEF trata do enfrentamento ao racismo na infância: [clique aqui](#) ou veja no cartão do(a) mobilizador(a) de adolescentes.

Portal Geledés: criado pelo Instituto da Mulher

Negra, apresenta textos que promovem a reflexão sobre políticas de eliminação das desigualdades raciais, promoção e valorização da população negra, e defesa dos direitos da mulher: [clique aqui](#).


Rede Nacional da Juventude Indígena (Rejuind): perfil da rede virtual no Facebook visa facilitar o diálogo entre jovens indígenas das diversas etnias e regiões: [clique aqui](#).

Reportagem da Revista Nova Escola sobre racismo e educação (2017): veja no cartão do(a) mobilizador(a) de adolescentes.


Homicídios na Adolescência no Brasil (IHA 2014): pesquisa do UNICEF e parceiros analisa os homicídios de adolescentes de 12 a 18 anos de idade nos 300 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes: [clique aqui](#) ou veja no cartão do(a) mobilizador(a) de adolescentes.

Década Internacional de Afrodescendentes (2015-2024): iniciativa das Nações Unidas visa promover o respeito, a proteção e o cumprimento de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais das pessoas afrodescendentes, como reconhecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos: [clique aqui](#).

Blogueiras Negras: site produzido por mulheres negras abrange diversos temas e gêneros literários , contra as principais opressões que assolam mulheres e homens negros: [clique aqui](#).



MODELO DE LISTA PRESENÇA E FORMULÁRIO DE REGISTRO DE ATIVIDADES



Modelo de lista de presença

Registre a lista de participantes do Núcleo de Cidadania de Adolescentes na Plataforma de Monitoramento do Selo UNICEF. Para registrar mais de 16 adolescentes, use mais de uma tabela. Cada mobilizador(a) de adolescentes e jovens receberá orientação sobre como entrar na plataforma.

LISTA DE PRESENÇA NO NÚCLEO DE CIDADANIA DOS ADOLESCENTES				
Município/Estado:				
Nome do(a) mobilizador(a) de adolescentes e jovens:				
	Nome completo do(a) adolescente	Data de Nascimento:	Telefone:	E-mail:
Meninas	1			
	2			
	3			
	4			
	5			
	6			
	7			
	8			
Meninos	1			
	2			
	3			
	4			
	5			
	6			
	7			
	8			

Formulário de registro de atividades

FORMULÁRIO DE REGISTRO DE ATIVIDADES

Desafio: (número e nome do desafio)

Atividade desenvolvida: (número e nome da atividade)

Relatos de atividades (favor incluir breve descrição e principais resultados):

Relato da atividade com núcleo de adolescentes:

Relato de atividade de mobilização social:

Relato de atividade com gestão municipal:

Número de participantes: Meninos/Meninas

Data ou período de realização:

Anexos (fotos, vídeos, produtos desenvolvidos, links, outros):

Município:

Estado:

Nome do(a) mobilizador(a) de adolescentes:



Realização:

unicef  para cada criança

Parcerias Estratégicas:



Parcerias na Amazônia:



Parcerias no Semiárido:



www.selounicef.org.br